

FABIANA RODRIGUES DE SOUZA

**PRÁTICAS E ATORES NO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE PAUTADA PELO
DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

Mariana

Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP

2010

FABIANA RODRIGUES DE SOUZA

**PRÁTICAS E ATORES NO ESPAÇO URBANO: UMA ANÁLISE PAUTADA PELO
DIÁLOGO ENTRE HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em História.

Orientador: Crisoston Tertio Vilas Boas

Mariana
Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ UFOP
2010

*A todos que contribuíram na criação e na expansão da internet e da fotocópia,
sem as quais este trabalho não seria possível.*

A todos os mestres e “caminhos” aos quais devo diversas partes de mim.

*À minha família e amigos: aos que se foram, aos que ainda estão comigo,
e, principalmente, àquele(a) que está ansioso(a) por vir a ser.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Crisoston Terto Vilas Boas, pela orientação durante a pesquisa e por ter representado para mim o verdadeiro papel de um mestre, desde a primeira aula de Antropologia Cultural no primeiro período; ao professor Francisco Eduardo de Andrade, pela leitura crítica e pelas contribuições formativas que ofereceu durante minha atuação como bolsista no LPH – Laboratório de Pesquisa Histórica; ao professor Sérgio Ricardo da Mata, pela leitura crítica e por ser responsável pelo meu primeiro interesse na área da historiografia, ao ministrar a disciplina de História da Historiografia no segundo período; ao professor Olímpio José Pimenta Neto, do Departamento de Filosofia, mestre de cerimônia no meu ritual de iniciação científica, por me mostrar que a “ciência” pode ser instigante e viva como a “arte”; aos demais professores do Departamento de História e do Departamento de Filosofia, dos quais me lembrarei ainda que não se lembrem de mim; aos funcionários do ICHS e do IFAC; aos poucos amigos que levarei para o resto da vida, bastiões da sanidade nos meus (inúmeros) momentos de neurose; aos muitos colegas de curso, de bar e de casas alugadas; às cidades de Ouro Preto e Mariana, que, como todas as cidades, não são apenas pedra, madeira, barro, concreto, cimento, ferro e cal: são imagens, pessoas, odores, sons e movimentos que guardarei para sempre na memória.

“Os praticantes comuns da cidade moram ‘lá embaixo’, abaixo do limiar onde a visibilidade começa. Eles caminham [...]. Esses praticantes fazem uso de espaços que não podem ser vistos; o conhecimento que têm destes é tão cego quanto o dos amantes abraçados. As trilhas que correspondem a esses poemas entrelaçados, irreconhecíveis, em que cada corpo é um elemento assinado por muitos outros, furta-se à legibilidade. É como se as práticas que organizam uma cidade febril se caracterizassem pela cegueira.”

Michel de Certeau

RESUMO

Esta monografia apresenta e discute as relações entre antropologia e história no estudo do espaço urbano. A partir da análise comparativa de ambos os campos, procurou-se detectar pontos de tensão e de convergência, mantendo-se em vista as especificidades de cada disciplina. A apresentação e a discussão dos tópicos pertinentes foram concebidas como uma contribuição para o entendimento do processo pelo qual um possível consenso científico é construído e solidificado dentro do campo das ciências sociais. Esse diálogo, em particular, se faz importante porque analisa a cidade como um espaço de sociabilidade, no qual os sujeitos são recuperados em suas práticas cotidianas, abrindo um novo campo de estudo historiográfico.

ABSTRACT

This monograph presents and discusses the relationship between anthropology and history in the study of urban space. From the comparative analysis of both fields, we tried to identify points of tension and convergence, keeping in mind the specificities of each discipline. The presentation and discussion of relevant topics were conceived as a contribution to understanding the process by which a scientific consensus can be built and solidified within the field of social sciences. This dialogue, in particular, is important because it analyzes the city as a space of sociability, in which subjects are recovered in their daily practices, and opens a new field of historiographical study.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	7
2. Bases teóricas	
2.1. O campo de estudos urbanos e alguns de seus conceitos básicos.....	9
2.2. A Antropologia Urbana.....	15
3. Análise historiográfica	
3.1. Antropologia e História: as aproximações.....	20
3.2. “História Urbana” e historiografia do espaço urbano.....	32
3.3. Para uma historiografia das práticas e dos atores no espaço urbano.....	39
4. Conclusão.....	47
5. Referências Bibliográficas.....	49

1. INTRODUÇÃO

Captar as práticas sociais não é uma tarefa fácil. No próprio momento em que são praticadas, na interação de diversos fatores, visíveis e invisíveis, é difícil para o antropólogo estabelecer o que são e quais são os seus significados. Que diríamos então do historiador, que não se defronta com as práticas vivas, mas sim com os poucos rastros deixados para trás no tempo, de praticantes que, em sua maior parte, já estão mortos? No presente estudo, a partir do trabalho de antropólogos e historiadores, buscamos apreender as vias efetivas de um diálogo que há muito é alardeado e criticado. É certo que toda uma retórica pautada por princípios antropológicos tomou conta do campo historiográfico. Mas, até que ponto tal retórica se realiza? E até que ponto ela pode ser realizada? São estas as questões que procuraremos responder.

É desnecessário afirmar os limites deste texto. Contudo, é importante deixarmos clara nossa intenção de, mesmo dentro de um recorte pontual, abordar o tema da forma mais ampla possível. Sendo o nosso objeto teórico algo pouco explorado, optamos por articular a exposição com questões que são centrais ao debate teórico que perpassa as Ciências Sociais e a História há algum tempo, questões como as relações existentes entre o *particular* e o *global*, entre as *estruturas* e as *práticas*, entre o *real* e o *imaginário*, entre o *dado* e o *construído*. Nosso objetivo é captar a relação interdisciplinar aqui privilegiada como um momento-chave para o desenvolvimento de um novo campo nos estudos urbanos, que não se deixa enquadrar sob o rótulo da “História Urbana”.

O trabalho foi organizado em dois capítulos, abordando, respectivamente, as *bases teóricas* e a *análise historiográfica*. O desenvolvimento ideal da questão implica tanto o conhecimento do primeiro tópico quanto a comprovação empírica a partir do segundo. Ambos estiveram presentes na pesquisa, mas, para a redação da monografia, optamos por dar um espaço maior aos aspectos teóricos. Tal postura se baseou no fato de que ainda não existe um campo formado para se recortar uma amostra historiográfica, sendo inúmeros os trabalhos que perpassam a temática que será desenvolvida ao longo deste texto. Uma amostragem relevante e uma análise mais cuidadosa da historiografia motivaria, por si só, outra pesquisa monográfica. Por isso, mesmo ao abordar a historiografia, nosso viés de pesquisa se manteve extremamente teórico, o que talvez represente o ponto fraco do argumento por nós construído. Contudo, acreditamos que, por ser um debate recente, organizar com maior cuidado os

aspectos teóricos é uma iniciativa mais válida do que tentar abranger de forma equilibrada, porém superficial, ambos os tópicos.

No primeiro capítulo, começamos com a apresentação do campo de estudos urbanos, a partir da formulação de conceitos fundamentais, definidos dentro do contexto das obras e autores mais relevantes. Orientamos tal formulação para o objetivo central deste estudo como um todo, ou seja, para a aproximação entre a perspectiva antropológica e a recente abordagem historiográfica do espaço urbano. Em seguida, procedemos a uma apresentação sintética do campo da Antropologia Urbana, já consolidado na pesquisa brasileira, a fim de apreciarmos o estado da arte e mapearmos as vias de diálogo possíveis entre a pesquisa urbana em história e em antropologia no Brasil. Partindo do evidente ganho de prestígio que a antropologia obteve entre historiadores contemporâneos, julgamos importante o contato com a produção que vem se desenvolvendo no país, bastante sintonizada com os debates globais, dentro da área temática que nos interessa. Afinal, antropólogos que trabalham em cidades brasileiras são as melhores referências para os historiadores das cidades brasileiras, já que levam em consideração as especificidades formadoras do território ao nível do particular. Privilegiamos as pesquisas de Gilberto Velho e José Guilherme Cantor Magnani, a título de exemplo.

No segundo capítulo, abordamos inicialmente as aproximações entre antropologia e história pelo viés do debate existente em ambas as disciplinas, entre estrutura e prática, a partir da reconsideração dos sujeitos históricos, dentro de estruturas sócio-culturais dinâmicas. Como esse é um debate característico do pensamento social, partimos de autores como o sociólogo Pierre Bourdieu e o antropólogo Marshall Sahlins. No campo da historiografia, abordamos duas linhas principais de influência: a *renovação marxista*, a partir de E.P. Thompson, e a *Nova História*, a partir de temas como: imaginário, dimensão simbólica, gênero e cotidiano. Em seguida, procuramos esclarecer melhor nosso objeto de análise por meio da distinção conceitual entre “História Urbana” e “historiografia do espaço urbano” – termo que optamos por utilizar. Tal distinção guiou-se pelo caráter desenvolvimentista arraigado ao primeiro termo, que condiz mais com a abordagem de pesquisadores da área da Arquitetura e do Urbanismo do que de historiadores por profissão, e buscou demarcar a especificidade da expressão por nós utilizada, dentro de um debate já existente entre os teóricos da questão. Procuramos ainda estabelecer alguns marcos para esse “campo” historiográfico a partir de alguns textos estrangeiros e de observações baseadas na argumentação do primeiro capítulo. No último tópico do texto, apontamos para a ligação íntima entre essa nova abordagem do urbano e a perspectiva antropológica, discutindo algumas obras da historiografia, abordando igualmente a necessidade de se avançar no

diálogo interdisciplinar a fim de que seja realmente possível uma história do espaço urbano enquanto uma história das práticas e dos atores sociais.

2. BASES TEÓRICAS

2.1. O campo de estudos urbanos e alguns de seus conceitos básicos.

As preocupações científicas que constituíram os estudos urbanos firmaram-se no século XIX. Tais estudos abrigam pelo menos duas vertentes principais, que não se encontram necessariamente cindidas, embora pertençam a campos disciplinares diferentes. Por um lado temos o urbanismo, definido como uma área de trabalho que, embora admita um pensamento da *cidade*, o faz com o fim de intervir na conformação do espaço, ou seja, com um objetivo aplicado. Por outro, temos uma subdivisão das ciências sociais, cuja intenção é contribuir para a compreensão do fenômeno *urbano*, dentro da dinâmica maior dos processos sociais totais. *Cidade* e *urbano* aparecem, portanto, como categorias teóricas distintas, na medida em que se opta, em ciências sociais, por um conceito que possa abranger fatores que não se contêm apenas no espaço físico, daquilo que é *socialmente característico, efetivo e específico* do ambiente gerado pelo desenvolvimento de uma sociedade urbana.

Cumprir definir melhor o termo *urbano*. Desde os primeiros estudos, existiu a proposta de que a análise sociológica do meio urbano deveria se desdobrar sobre as *formas de ação e de organização sociais* a ele inerentes. Nos estudos ecológicos, desenvolvidos pela Escola de Chicago nas primeiras décadas do século XX, a tônica dessas formas era posta na organização do espaço e das populações nele inseridas, diretamente conformadas pelo ambiente, ao mesmo tempo em que projetavam, sobre o caráter desse ambiente, seus valores morais. A partir de uma re-elaboração teórica, que costuma ser demarcada, no contexto norteamericano, pelo artigo “O Urbanismo como modo de vida”, de Louis Wirth, os estudos ecológicos perderam um pouco do seu caráter mecanicista. A ênfase foi desviada para as formas de ação e de associação existentes entre os sujeitos (e instituições) e para o modo de vida por eles compartilhado, estabelecido em oposição ao modo de vida do campo. É a partir desse texto de Wirth que começa a ser firmada a conceituação que optaremos por utilizar, que encara o urbano como um objeto específico.

Retomando e atualizando Georg Simmel, um dos primeiros teóricos da metrópole, Wirth demarcou o crescimento numérico e geométrico das cidades como um fator decisivo da modernização da sociedade ocidental, que assinalou a “urbanização do mundo”, a partir da qual as grandes cidades controlaram e interligaram diversas áreas sob sua influência.¹ A proliferação da sociedade urbana tornou demasiado visível que os *caracteres urbanos* não se prendiam aos limites físicos reconhecidos das cidades. Mas, para o teórico social, não bastava conhecer as características do meio urbano, havia que se analisar a *efetividade* destas características, ou a “capacidade de moldar o caráter da vida social à sua forma especificamente urbana”.² Brigitte Lamy, em uma proposta de conceituação de termos, utilizou o conceito da mesma forma como se utilizam família, trabalho, educação, etc., ou seja, como um objeto. A autora define bem o estudo sociológico do urbano:

La sociología urbana no es la sociología de todo lo que ocurre en la ciudad. Transversal a otros campos de la sociología (familia, trabajo, educación, etc.), la sociología urbana se centra sobre lo propiamente urbano de los diversos aspectos de la vida social; interroga sobre la manera en que los elementos que estructuran de manera específica las relaciones entre actores, instituciones y grupos sociales constituyen a la ciudad como entorno.³

A crítica mais relevante contra o caráter objetual do urbano foi feita por Manuel Castells. Autor de destaque na corrente neo-marxista, Castells negou-lhe o valor de objeto porque recusou a autonomia do espaço urbano enquanto realidade social. Esse é um ponto de debate importante. As teorias clássicas da cidade, que a encaravam como uma totalidade particular dotada de seu próprio sentido – radicadas no esquema alemão de oposição cidade/campo e propagadas através dos estudos dos sociólogos de Chicago e do culturalismo norteamericano em geral – estariam na base de todo estudo urbano científico, mas seriam, na realidade, uma ideologia teórica.⁴

Castells argumentou a favor da consideração da cidade como uma parte do desenvolvimento total da economia capitalista e não como uma totalidade autocontida. Os sistemas de relações e de organização que se dão na cidade seriam estabelecidos, segundo esse autor, não devido aos caracteres urbanos, mas à própria estrutura sócio-econômica do

¹ WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973. p. 90-91.

² *Ibidem*, p. 94.

³ LAMY, Brigitte. Sociología urbana o sociología de lo urbano. In: *Estudios demográficos y urbanos*. México, v. 21, n. 1. jan. - abr. 2006. p. 214.

⁴ CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 126.

sistema capitalista, com as relações de produção, o conjunto institucional e a estratificação social que lhe são próprias. O cerne da crítica está no fato de que, por si só, *a cidade não pode produzir/conformar a complexidade social*. O grande erro da teoria ecológica, ou, seria mais apropriado dizer, a grande *limitação* apontada por Castells e por outros críticos da Escola de Chicago, teria sido a de tomar um quadro teórico *descritivo* por modelo *explicativo*. A crítica não invalida, portanto, os resultados obtidos pelas pesquisas ecológicas, mas avalia seu alcance e seu caráter. O ambiente espacial não produz nem explica o social, mas não implica necessariamente que não existam relações. O próprio Castells admite, por exemplo, que “a concentração espacial pode entrar em jogo, reforçando o sistema de relações estabelecido”.⁵ *Compreender* como isso ocorre continua sendo relevante, ainda que não baste para *explicar* todo o fenômeno.

Parece-nos, então, que o conceito de *urbano* enquanto *objeto próprio à análise das formas de ação, relação e organização características, efetivas e específicas do ambiente propagado a partir das cidades*, continua válido, desde que não se pretenda fechar tal ambiente sobre si mesmo ou tomá-lo como único fator explicativo.

Feitas as considerações mais problemáticas, sobre o conceito central a ser utilizado no decorrer deste texto, passaremos aos conceitos secundários, auxiliares na compreensão do urbano. Existem divergências nos programas e sínteses das teorias sobre a cidade, mas é possível estabelecer as linhas-força dos estudos com certa segurança. Com algumas variações e ênfases distintas, que acompanham as filiações teóricas que regem as pesquisas, podemos separar quatro grupos de fatores que contribuem para o estudo da cidade e de seu meio, do ponto de vista das ciências sociais: *físicos*, *econômicos*, *políticos* e *culturais*. Claro que nenhum desses fatores é independente dos outros (alguns mesmo não se delimitam totalmente dentro dos grupos divisórios, como o fator heterogeneidade, que se origina no quadro físico, mas é determinante na divisão de trabalho citadina e na personalidade urbana), e a tendência atual de pesquisa é perceber as convergências e interpenetrações dos mesmos. Um bom exemplo é o estudo da atração urbana. Inicialmente limitados aos fatores econômicos – melhores salários e maiores ofertas de emprego –, os movimentos migratórios passaram a ser estudados também do ponto de vista das representações e projeções ideológicas da cidade, fatores que são melhor focalizados sob a lente da composição cultural e das relações de poder.

Dentre os *fatores físicos*, que envolvem uma morfologia social e os estudos demográficos e ecológicos, existem dois caracteres relevantes para nosso estudo. O primeiro

⁵ *Ibidem*, p. 168.

diz respeito à relação *densidade/heterogeneidade*, ligada à população urbana. Fator clássico nos modelos teóricos em questão, essa relação apareceu como primária para a existência do urbano, ainda que seus limites devam ser tomados como aleatórios e dependam das características globais da localidade. A *densidade* seria o *determinante do grau de urbanização*:

Do ponto de vista demográfico a urbanização pode ser considerada como um processo de concentração da população que se verifica por causa do incremento do número de pontos de concentração e aglomeração da população. A apreciação da amplitude da urbanização implica pois o estudo do número de lugares urbanos e da sua importância, do número total de pessoas que vivem em locais urbanos e da parte da população residente no âmbito urbano.⁶

Para Wirth, o aumento numérico da população incentivaria uma maior *variação individual*, da qual decorreria a *heterogeneidade*:

quanto maior o número de indivíduos participando de um processo de interação, tanto maior a diferenciação potencial entre eles. É de se esperar que os traços pessoais, as ocupações, a vida cultural e as idéias dos membros de uma comunidade urbana poderão, por isso, variar entre pólos mais amplamente separados do que aqueles de habitantes rurais.⁷

O segundo fator físico que importa considerar é o da *organização espacial*, considerado pelas teorias ecológicas e funcionais. Para a teoria funcional, as cidades possuiriam tanto uma localização específica dentro da organização espacial geral (o que implicaria em considerar as *hierarquias urbanas* e a *dominância metropolitana*), quanto divisões que lhe seriam internas. Tais divisões foram normalmente associadas às atividades econômicas, embora existam também funções políticas, religiosas ou culturais. A condição de uma *função urbana* seria a de superar as cisões características das funções elementares e estabelecer um *conjunto* ou *complexo funcional*.⁸ Já para a ecologia urbana, a organização do espaço se daria tanto em função de “áreas naturais” – que, no caso, corresponde à funcionalidade organizacional – quanto por “regiões morais”. São estas últimas que nos interessam particularmente. O conceito foi cunhado por Robert Park a fim de diferenciar a segregação condicionada por fatores ocupacionais/econômicos, de outra, que envolveria

⁶ DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1979. p. 60.

⁷ WIRTH, Louis. *op. cit.*, p. 99.

⁸ RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi*. v. 08: Região. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986. p. 414.

“gostos” e “temperamentos”.⁹ Embora o conceito tenha, em Park, um teor realmente biologizante, muito criticado posteriormente, sua elaboração foi fundamental para a abordagem dos espaços citadinos, na medida em que delimitou uma área nova de estudo, ao nível do que hoje chamaríamos de “sensibilidades”, “imaginário” ou mesmo de “mentalidades”. Uma *região moral* seria um *espaço de reunião de grupos a partir da convergência de interesses e gostos pessoais, ligados à conformação da personalidade*.

Os *fatores econômicos*, por sua vez, estariam na própria base do surgimento da cidade, durante a chamada *revolução neolítica*. A existência de um excedente agrícola e da possibilidade de trocá-lo – o que implicaria, principalmente, na organização dos meios de transporte – seria a premissa para o aparecimento dos primeiros núcleos urbanos.¹⁰ Max Weber foi quem definiu o conceito mais conhecido de *economia urbana*. Seria necessário, segundo o autor, distinguir uma economia predominantemente agrária e praticamente autosuficiente de uma *economia industrial diversificada, aliada ou respaldada pelo comércio e pelas rendas patrimoniais, e movimentada por uma classe não envolvida diretamente na produção de sua subsistência*.¹¹ Weber procurou localizar as características específicas da cidade e do urbano no seu desenvolvimento histórico, tendo sido um dos primeiros a demonstrar a importância da existência de um mercado regular de trocas para centralizar a economia, agregar valor à terra e iniciar o processo de diferenciação que marca o ambiente citadino.

O desenvolvimento da economia urbana é, claro, parte do desenvolvimento do sistema capitalista e interessaria ao estudo social do urbano, de um ponto de vista histórico, considerar as diversas acomodações do capital em sua residência citadina, do puro capital mercantil ao capital tecnológico e desterritorializado que temos hoje. Do ponto de vista interno à cidade, seria importante detectar a ocupação do urbano pelo econômico, pela divisão econômico-funcional da cidade e pela organização do trabalho (divisão, especialização, mobilidade vertical).

Dentre os *fatores políticos*, interessaria reconhecer o conceito de *comunidade urbana*, ligado à ordem institucional interna da cidade, marcada pelo caráter associativo/corporativo,

⁹ PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973. p. 64.

¹⁰ BAIROCH, Paul. Cidade/Campo. *Enciclopédia Einaudi*. v. 08: Região. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986. p. 257.

¹¹ WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973. p. 69-76.

um fenômeno original do ocidente e da época moderna.¹² Tal caráter implicaria a existência de um *conjunto institucional* ao invés de uma única instituição centralizada – como ocorria com os principados – e levaria diretamente ao sistema de *representação dos interesses por órgãos competentes*. Ainda com relação a este fator, teríamos o fenômeno da *burocratização administrativa*.

A junção desses tópicos, relativos à organização da cidade, conformaria a *atuação política* dos cidadãos, estudada a partir da alteração do espaço público e também dos movimentos sociais urbanos. O fracionamento da gestão da cidade dá origem a *participações descentradas*, manifestas em associações de toda ordem. Cumpriria questionar o grau de alcance de tais participações, considerando que os centros efetivamente decisórios continuam sendo poucos.¹³ Mas parece incontestável que o ambiente urbano fomenta um maior número de movimentos reivindicatórios, pois é sede de informação, além de ponto de concentração.

Por fim, os *fatores culturais* foram abordados em duas temáticas principais, uma relativa ao plano coletivo, aos *valores sociais*, e outra relativa ao plano individual, ao *caráter psicossocial* dos sujeitos urbanos. A cultura das cidades é estreitamente vinculada ao modo de vida, conforme vimos que foi sugerido por Wirth. Surgiu em modelos de oposição ao modo de vida camponês, nos estudos de Simmel, Tönnies ou Spengler, mas depois foi relativizada por autores como Oscar Lewis, que procurou suavizar as distinções, estudando, por exemplo, a permanência de relações primárias e outros caracteres “camponeses” em determinados grupos urbanos localmente delimitados.¹⁴

As oposições clássicas são bem conhecidas: *relações primárias* e diretas (família) substituídas por *relações secundárias* e impessoais (associações de interesse); *homogeneidade social* substituída pela *diferenciação* individual (causada pela divisão do trabalho e pela especialização), *controle social interno* (moral tradicional comum) substituído pelo *controle externo* (legislação).¹⁵ Também o é a caracterização da personalidade urbana, proposta por Simmel, que enfatiza a *atitude intelectualista*, o *caráter blasé*, a *intensificação nervosa* e a *fragmentação psíquica*.¹⁶

¹² *Ibidem*. p. 82-84.

¹³ DONNE, Marcella. *op. cit.* p. 146-147.

¹⁴ RONCAYOLO, Marcel. *op. cit.* p. 429-430.

¹⁵ *Ibidem*. p. 428.

¹⁶ DONNE, Marcella. *op. cit.* p. 180.

Tais temas são constantemente retomados, a partir de perspectivas renovadas. A Antropologia, se voltando para o estudo das sociedades industriais ou “complexas” contribuiu com a demarcação de realidades sociais ao nível dos grupos urbanos (étnicos, etários, profissionais, de gênero, de expressão, etc.). Para tratarmos a questão de forma mais apropriada cabe um pouco mais de aprofundamento. Iremos agora nos deter na Antropologia Urbana, dentro da qual procuraremos enfatizar a pesquisa brasileira.

2.2. A Antropologia Urbana.

No quadro das ciências sociais, a Antropologia surgiu calcada na distância geográfica de seu objeto: as sociedades “longínquas”, “primitivas”, ou simplesmente “não-ocidentais”. Segundo François Laplantine, foi no século XIX que se demarcou a autonomia da disciplina como “a ciência das *sociedades primitivas* em todas as suas dimensões (biológica, técnica, econômica, política, religiosa, lingüística, psicológica...)” [grifo do autor].¹⁷ Laplantine chamou a atenção para o fato de que, na sociedade ocidental, cada uma dessas dimensões foi se tornando uma disciplina especializada. Definida pelo objeto, a Antropologia manteve um espaço de atuação mais amplo, procurando focalizar o que Marcel Mauss chamou de “fato social total”, um *fenômeno integrativo*.

No século XX, com o desenvolvimento da disciplina e o aumento dos estudos das chamadas “sociedades complexas”, a Antropologia tomou para si outra especificidade, não mais ligada ao objeto, mas sim à sua *forma de abordar os fenômenos sociais*. Nesta abordagem, a característica fundamental seria a manutenção da dimensão integrativa, aliada a uma forma particular de observação, que partiria dos atores envolvidos a fim de alcançar os significados mais complexos de suas ações. E é justamente essa vocação paradoxal, de aliança entre uma ambição totalizadora e um particularismo minucioso, que faria a originalidade deste campo de estudos.¹⁸ Em tempo, retomando a distinção acima mencionada entre *descrição* e *explicação*, cumpre estabelecer que, ainda que não almeje uma explicação no sentido estritamente sociológico, a Antropologia há muito não se restringe apenas à descrição de

¹⁷ LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 63.

¹⁸ GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: _____. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999. p. 96.

sociedades e/ou grupos sociais. Procurando alcançar o global a partir do local, o intuito atual do estudo antropológico – e, sobretudo, da antropologia praticada no Brasil – é o de propor *uma forma própria de explicação*, que busca encarar o particular como matéria atuante na composição do total.

Sociedade e cultura apareceriam aqui como conceitos fundamentais, o primeiro focalizando o plano formal/institucional e o segundo buscando encontrar e compreender valores e ideologias.¹⁹ Nas tradições estrangeiras, o par foi tomado muitas vezes em relação de oposição, o que teria contribuído para a caracterização de uma Antropologia Social britânica e uma Antropologia Cultural norte-americana, por exemplo. Já no Brasil, devido à mescla de influências apropriadas de forma particular durante a constituição da disciplina, entre as décadas de 30 e 60 do século passado,²⁰ a distinção é menos relevante e os dois termos são utilizados lado a lado. O que distinguiria a Antropologia em nosso país seria, efetivamente, a preocupação com a *dimensão simbólica* dos fenômenos sociais.²¹ Tal preocupação implicaria uma maior consideração à dimensão das *representações*, inicialmente tomadas a partir da definição estruturalista e semântica e, mais recentemente, no sentido de uma *práxis*, ou *pragmática*.²²

A *Antropologia Urbana* é uma área que tem se expandido nas últimas décadas, *estritamente ligada ao desenvolvimento dos estudos das “sociedades complexas”*. Ao nível geral, remonta à urbanização das sociedades africanas – fator direto de formação da antropologia urbana inglesa, influente também na francesa²³ – e ao processo interno de migração, industrialização e urbanização em alta velocidade ocorrida nos Estados Unidos – que motivaram os estudos da já citada Escola de Chicago. Foi a partir das décadas de 60 e 70, contudo, que a tradição se firmou, fomentando debates teóricos que procuravam avaliar o

¹⁹ DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000. p. 51.

²⁰ MELATTI, Júlio César. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: DAN/UnB. Série Antropologia, n. 38, 1983. p. 11-12.

²¹ OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *O ofício do antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas*. Brasília: DAN/UnB. Série Antropologia, v. 413, 2007. p. 10-11 e p. 16; DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 25; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Antropologia Social. In: MARCELINO, Nelson C. (org.). *Introdução às ciências sociais*. Campinas, SP: Papyrus, 1988. p. 41-50.

²² GOLDMAN, Márcio. *op. cit.* p. 115-116.

²³ *Ibidem*, p. 104 e p. 109.

espaço de atuação da Antropologia num terreno classicamente reconhecido como sociológico. Cumpre reconhecer que ambas as áreas têm se influenciado mutuamente no processo, com a antropologia assumindo conceitos sociológicos e a sociologia legando maior atenção aos particularismos que, muitas vezes, foi acusada de ignorar. Contudo, insiste-se na demarcação da especificidade da abordagem antropológica.

Dentro do espaço de debate brasileiro, para Eunice Durham “trata-se de pesquisas que operam com temas, conceitos e métodos da antropologia, mas voltados para o estudo de populações que vivem nas cidades. A cidade é, portanto, antes o lugar da investigação do que seu objeto”.²⁴ Ao invés de se voltar para a cidade, enquanto espaço criador/reprodutor do social, a Antropologia Urbana no Brasil se volta para as populações urbanas e suas práticas. É, portanto, mais uma antropologia *na* cidade do que uma antropologia *da* cidade. Nesta distinção, o conceito acima delineado de *urbano* ganha novo fôlego, visto que *se trata de uma objetivação e não de um objetivado* – nos termos propostos por Márcio Goldman, para quem “o objeto de uma investigação antropológica particular não pode se confundir [...] com o lugar [...] em que esta é elaborada ou sobre a qual incide: os ‘objetos’ são sempre processos, tramas, ‘objetivações’.”²⁵

Para José Guilherme Cantor Magnani, o desafio seria o de utilizar-se da herança teórica própria à disciplina sem deixar-se cair na “tentação da aldeia”, ou seja, a tentativa de reproduzir artificialmente, no âmbito citadino, as condições tradicionais da pesquisa em sociedades menores.²⁶ De fato, a prática tem antecedentes nos chamados *estudos de comunidade*, que se desenvolveram na década de 40 e se centraram na organização social de pequenas cidades e vilas,²⁷ e, ao se voltar para os estudos da metrópole, foi buscar seu recorte metodológico em grupos e espaços marginais (trabalhadores migrantes, prostitutas, favelas, terreiros, escolas de samba). O que Magnani procura enfatizar é a necessidade de não se perder de vista a *totalidade* a partir da qual tais objetos são recortados, muito distinta da totalidade da aldeia, e não o recorte em si – que seria característico da abordagem antropológica. A totalidade aparece, segundo o autor, para os próprios atores sociais como contexto de experiência e, para o analista, como princípio explicativo ou contexto de

²⁴ DURHAM, Eunice. *op. cit.* p. 19

²⁵ GOLDMAN, Márcio. *op. cit.* p. 115.

²⁶ MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. In: *Tempo Social*. São Paulo, v.15, n.01. abr. 2003. p. 82-83.

²⁷ MELATTI, Julio Cezar. *op. cit.* p. 17.

inteligibilidade. Assim, as práticas e grupos analisados deveriam ser sempre relacionados com o contexto total para se captar a dinâmica existente.²⁸

Mas é na prática, e não apenas na teoria, que gostaríamos de captar o caráter da Antropologia Urbana no Brasil. Como orienta Carlos Rodrigues Brandão – no encalço de Clifford Geertz – é observando o que fazem os antropólogos que se compreende o que é a Antropologia.²⁹ Caberiam muitos nomes aqui, não fosse o espaço de uma monografia algo tão limitado. Procurando aliar o grau de influência e a atualidade da pesquisa, escolhemos então, para este fim, apenas dois pesquisadores: Gilberto Velho e o já mencionado José Guilherme Cantor Magnani.

Gilberto Velho é o maior responsável pela influência da Escola de Chicago na pesquisa urbana brasileira, tanto de seus autores clássicos, como Park e Wirth, quanto de autores mais recentes, como Howard S. Becker e Erving Goffman. Propagando igualmente os conceitos de Simmel e Louis Dumont, não abandona a base marxista e procede à junção de tradições. Título fundador, sua “Utopia Urbana”, re-editada várias vezes ao longo dos anos, foi a terceira dissertação de mestrado defendida na pós-graduação do Museu Nacional, no Rio de Janeiro. É uma obra que abre todo um campo de pesquisas, em um momento no qual trabalhar com camadas médias da população brasileira era algo incipiente na Antropologia.

Esse livro, que tem como tema a *mobilidade residencial*, mostra o esforço individual para conseguir acesso ao bairro que ficou conhecido como *locus* das coisas boas da vida, Copacabana.³⁰ Encarando o fenômeno a partir do ponto de vista da estratificação social e da ideologia, a pesquisa descortinou a atividade, entre os próprios atores, da ideologia da mobilidade a partir do esforço pessoal. Suas pesquisas posteriores enfatizaram cada vez mais essa temática do individualismo das sociedades ocidentais contemporâneas, e a noção de *projeto*, desenvolvida em um artigo bastante conhecido,³¹ é uma ferramenta largamente utilizada nas pesquisas que se dão sob sua influência teórica. Tal noção implica a consideração da dimensão racional dos atores, posto que é *consciente*, mas não abandona o reconhecimento de que não há um projeto “puro”, desconectado do contexto social externo ao

²⁸ MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49. 2002. p. 18-20.

²⁹ BRANDÃO, Carlos. *op. cit.* p. 43.

³⁰ VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

³¹ *Idem*. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1987. p. 14-36.

indivíduo, nem de que os resultados podem não ser os esperados pelos atores. Outra temática de destaque em suas obras, desenvolvida mais recentemente, é a do *comportamento desviante*, que se desenvolve paralela ao tema das *acusações*, e procura a compreensão de projetos que se desviam do que é esperado pelo corpo social como um todo, bem como a reação deste último ao comportamento desviante.

José Guilherme Cantor Magnani é, por sua vez, um dos mais ativos pesquisadores em Antropologia Urbana atualmente. Pesquisador pelo Núcleo de Antropologia Urbana da USP, procura delimitar sua pesquisa como algo original dentro da antropologia contemporânea. Distanciando-se um pouco dos pontos de vista que ele chama “*de passagem*” (não-lugares, territorialidades flexíveis e outros conceitos do gênero), sua intenção é captar, na cidade-paisagem, os *arranjos* que advêm da presença de usuários e habitantes do espaço e que possuem uma certa forma e materialidade: no trânsito e no uso dos equipamentos urbanos, nos locais de prática da religiosidade, do lazer, do trabalho, etc.³² Através do olhar *de perto e de dentro*, ele pretende captar, no cotidiano dos atores em questão, as características e fronteiras de “lugares” que ele chama de *pedaço, mancha, circuito*, etc.

O conceito de *pedaço* é o mais conhecido, matriz de vários outros, e surgiu de uma pesquisa desenvolvida entre 1978 e 1980, em bairros da periferia de São Paulo, que deu origem à tese de doutorado “Festa no pedaço: o circo-teatro e outras formas de lazer e cultura popular”.³³ Utilizado pelos próprios atores, acabou se tornando categoria teórica após o estudo, com o intuito de delimitar um espaço que não era nem o da casa nem o da rua (no sentido da oposição estabelecida por DaMatta), mas o de uma apropriação do espaço público por um certo grupo em particular, que mantinha laços de solidariedade específicos. Magnani parte da noção de *região moral*, conforme mencionada no primeiro item deste capítulo, para elaborar esse conceito, cujo cerne estaria no fato de que em locais residenciais as pessoas *se conhecem* e em locais mais impessoais, como no centro da cidade, as pessoas *se reconhecem*, a partir de fatores como símbolos, modos de vida, valores, etc.

Apenas essas duas menções são suficientes para termos uma noção de como se desenvolve a pesquisa urbana na antropologia brasileira e nos permite vislumbrar a importância de um diálogo bem travado entre antropologia e história na pesquisa do espaço urbano. Com uma estrada institucional já mais corrida que a de uma “História Urbana”, termo

³² MAGNANI, José Guilherme. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. p. 18.

³³ *Idem*. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 11.

pouco consensual que perpassa dois campos irredutíveis, a Antropologia Urbana só tem a ensinar e, como diz Velho, não se trata de “misturar coisas que não podem ser misturadas, mas de procurar a integração diante de temas que exigem o concurso de várias tradições, de várias linhas de reflexão.”³⁴

Vamos ver, agora, como andam as relações entre as duas disciplinas aqui privilegiadas e como o campo da historiografia tem sido aberto na direção de uma abordagem do espaço urbano que carrega as mesmas preocupações que constituem, de forma já mais organizada, o campo da Antropologia Urbana.

3. ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA

3.1. Antropologia e História: as aproximações.

Antes de nos determos na abordagem do espaço urbano a partir do viés interdisciplinar perseguido, cumpre ao menos esboçar o contexto geral das discussões que se desenvolvem na comunidade acadêmica. Vamos situar um pouco a questão, embora os detalhes fujam aos nossos limites. Inicialmente, um ponto precisa ser ressaltado: quanto à nossa abordagem, optamos não por dispor uma cronologia, o que já foi feito com maior competência em vários outros estudos, mas pela tentativa de esboçar um debate teórico-metodológico que sulca diversas disciplinas atualmente e as faz convergir, em seus esforços analíticos, sobretudo para dois campos: um que não foi “superado” – o *estruturalismo* – e outro que ainda não foi plenamente desenvolvido – o de uma *teoria da prática*. Pretendemos chamar a atenção, de um lado, para o caráter sintomático da interdisciplinaridade antropologia/história e, por outro, limitar essa relação ao que lhe é fundamental – já que após afirmações como “tudo é história” e “tudo é cultura”, ambos os campos ficaram imprecisos, bem como as relações interdisciplinares que se dão entre eles.

³⁴ VELHO, Gilberto. Entrevista concedida a Celso Castro, Lúcia Lippi de Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira, em 3 de julho de 2001, publicada na revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 28. jul. - dez. 2001. p. 198.

Para facilitar a exposição e o entendimento, vamos tratar as duas disciplinas inicialmente de forma separada. Na Antropologia, é a partir do *funcionalismo* que as relações com a História começam de fato a serem problematizadas, quando *a diacronia cede espaço à sincronia*. A grande contribuição dessa teoria foi a de levar à *observação direta dos fenômenos e à apreensão das diferenças culturais a partir da própria sociedade estudada*. Para Radcliffe-Brown, já imerso no estruturalismo britânico, a questão do desenvolvimento de uma estrutura social era fundamental e constituía o tripé da abordagem etnográfica, junto à morfologia e à fisiologia e, ao falar em desenvolvimento, ele admitia uma historicidade, mas procurava fugir ao modelo diacrônico, uma herança do evolucionismo: “Na sociedade, a estrutura só pode ser apreendida *durante* o seu funcionamento.” [grifo do autor] ³⁵

O *estruturalismo francês* – na via aberta pelos estudos linguísticos de Saussure, apropriados para a teoria antropológica a partir de Lévi-Strauss – procurou garantir as contribuições do funcionalismo sem perder de vista a *articulação total dos fenômenos* e postulou a sobredeterminação do particular pela estrutura global. Nesta concepção, seria fundamental considerar as *relações internas*, existentes entre as partes do todo social. Tais relações, contudo, seriam bastante estáticas, já que nesse modelo o valor de um signo é fixado por suas relações com os outros signos existentes no sistema, relações de contato posicional. A inserção de uma dimensão temporal num sistema estruturalista clássico acabaria mesmo por prejudicar o equilíbrio necessário à análise estrutural. Óbvio que isso é menos que uma caricatura do real, mas é suficiente para se compreender a reação ao estruturalismo.

O impreciso termo “pós-estruturalismo” abrange uma infinidade de correntes, mas a questão central, para a via que pretendemos seguir neste texto, se resume à *reconsideração da historicidade e do sujeito histórico* em um novo contexto analítico que “abandonou” os grandes paradigmas explicativos e se voltou para as situações concretas e historicamente constituídas das ações e relações sociais particulares que constituem o global. Márcio Goldman resume da seguinte forma o novo modelo antropológico: “uma recusa das grandes teorias e dos grandes esquemas que teriam dominado o pensamento antropológico até este momento, recusa esta efetuada em nome do privilégio dos discursos efetivos, das relações concretas ou das práticas.” ³⁶ Tal modelo pode ser sintetizado no termo *pragmática*, cujo sentido esse mesmo autor define, a partir das reflexões de Deleuze e Guattari, como

³⁵ RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Sobre o conceito de função em ciências sociais. In: ____ . *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. p. 223.

³⁶ GOLDMAN, Márcio. *op. cit.* p. 98.

“investigação global das práticas que envolvem as representações e os agentes que as sustentam”.³⁷

Também a influência de Pierre Bourdieu foi decisiva na constituição desse novo modelo, na Antropologia francesa e na brasileira – com ecos diretos também no campo historiográfico, cumpre mencionar. Segundo José Sérgio Leite Lopes, Bourdieu se localiza em um grupo de autores que criticaram o estruturalismo a partir de seu interior, percebendo suas limitações sobretudo na desconsideração das práticas dos agentes sociais, sem descartar, contudo, os avanços teóricos alcançados.³⁸ Essencialmente diversa do intersubjetivismo ou do interacionismo simbólico, a *praxiologia* de Bourdieu teria por pretensão articular dialeticamente ator e estrutura social, considerando, para além da interação harmônica entre o “eu” e o “outro”, as relações de poder que se manifestam nos diferentes posicionamentos que os agentes ocupam ao nível da sociedade global. A sua noção de *habitus* aparece para fincar no chão conceitos como o de *projeto* ou o de *estratégia*, na medida em que postula que um sujeito só pode efetivamente agir dentro de suas possibilidades reais, objetivamente dadas pela estrutura do *campo social* ao qual pertence.³⁹

É importante considerar a análise de Bourdieu porque ele articula o sujeito à estrutura, sempre atento às relações de poder e às conformações objetivas, mas deixar-se fechar dentro desse sistema pode acarretar em estase. Interessa notar que, tal como definido e aceito entre os antropólogos brasileiros, esse novo modelo centrado na *práxis* não se deixa perder em particularismos anedóticos ou simbolismos herméticos sem consequências, fatores que são cada vez mais criticados (com razão, embora com mais suposições receosas de autodefesa do que fundamentos empíricos) dentro do debate que toma em consideração a influência da Antropologia sobre as outras ciências sociais. Os significados aparecem sempre *a partir dos agentes e dentro da estrutura geral de uma ordenação sócio-cultural específica*. Ou seja, consideram-se as limitações dos atores, mas permanece a intenção de se compreender a sociedade como algo que se desprende das ações humanas, não o contrário.

Mais uma vez se torna oportuno citar Gilberto Velho, assumido discípulo do interacionismo simbólico e da fenomenologia, mas que não ignora a obra de Bourdieu:

³⁷ *Ibidem*. p. 116.

³⁸ LOPES, José Sérgio Leite. História e Antropologia. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, v. 11, 1992. p. 83.

³⁹ ORTIZ, Renato. Introdução. In: _____. (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 18-19.

Quando me defronto com a problemática do projeto, por exemplo, que faz todo o sentido para mim quando estou discutindo o tema dos indivíduos em relação e dentro do que chamo campo de possibilidades, estou levando em conta o Schutz, e também o Bourdieu. Quer dizer, os indivíduos desenvolvem seus projetos, mas não no ar, e sim dentro de um campo de possibilidades, que é o repertório sociocultural existente, que tem a ver com várias coisas em vários níveis, com ideologias, com visões de mundo e com experiências de classe, de grupos de *status*, de grupos de *ethos*. Acho que o projeto, que é uma dimensão fortemente ancorada na idéia do indivíduo sujeito, tem que se relacionar com essas dimensões, porque, por outro lado, não quero cair na armadilha de transformar o indivíduo no sujeito que está acima das determinações e das classes; não quero que o projeto passe a ser algo que o coloque no papel de um demiurgo.⁴⁰

Para não nos determos muito mais nesta questão, cumpre apenas mencionar um antropólogo que ganha cada vez mais influência no debate interdisciplinar aqui esboçado, e que também parte de dentro do estruturalismo para rever a questão do sujeito na prática sócio-cultural: Marshall Sahlins. Esse antropólogo considera que os significados perseguidos pelo seu ofício se forjam numa ordem cultural que é estrutural, mas fica claro para ele, em sua leitura do estruturalismo,⁴¹ que o que se perde com o sistema estrutural é a ação humana no mundo, o próprio cerne da antropologia. Para Sahlins, em primeiro lugar, um evento tem que ser concretizado em um objeto, uma ação, uma pessoa. A dimensão é a do particular. Depois, entram em cena os incidentes, as interações, ou seja, o que fazem as pessoas entre si e com os objetos. Por fim, ocorre a totalização dos eventos dentro do sistema estrutural, “ou o retorno do ato sobre o sistema, pela atribuição de significados gerais a incidentes particulares.”⁴² De acordo com essa perspectiva, portanto, a eficácia e a inteligibilidade do evento se dão através da estrutura, mas essa estrutura global é, ela própria, estruturada a partir das ações de pessoas, em um nível local, elaborada e reelaborada de forma descontínua. Novamente, a importância do projeto: “As estruturas interagem no meio formado pelos projetos das pessoas. De acordo com a natureza e a forma da interação, as estruturas locais podem coibir, intensificar, orientar e direcionar de outras maneiras o desenvolvimento de forças históricas maiores”. [grifo do autor]⁴³ Sahlins é um antropólogo que ganha cada vez mais leitores no campo da historiografia, pois se utiliza de categorias históricas e é um nome cada vez mais presente no debate interdisciplinar.

Parece-nos que o contexto de debate aqui esboçado, entre estrutura e prática, é um verdadeiro *sintoma* da aproximação de diversas ciências sociais com relação ao campo

⁴⁰ VELHO, Gilberto. Entrevista. p. 202.

⁴¹ SAHLINS, Marshall. História e teoria estrutural. In: _____. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008. p. 23-25.

⁴² *Idem*, O retorno do evento outra vez. In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004. p. 367.

⁴³ *Ibidem*, p. 368.

antropológico, na medida em que tal campo tem como pressuposto básico *a consideração dos atores em suas práticas concretas e cotidianas*. Compreender o porquê de tal aproximação é outra questão e exige estudos específicos, embora existam, entre os historiadores, diversas menções superficiais ao contexto político atual – no qual emergem novos atores e novas políticas, fragmentárias e multiculturais –, que imprimiria novas exigências à produção científica. Não entraremos em tais questões, pois o que nos interessa aqui é apenas a busca por evidências impressas do retorno do sujeito histórico, agora em suas práticas cotidianas.

Na historiografia, as relações com uma “perspectiva antropológica” estão presentes há bastante tempo, mas nos interessa analisar o diálogo a partir da década de 70, quando se intensificam, diversificam e potencializam os usos feitos pelos historiadores das teorias e metodologias antropológicas, bem como de uma “teoria da prática”. Desde então, *a própria noção de história transformou-se em prática*, na medida em que o fazer historiográfico foi problematizado e o seu caráter construtivo foi exposto. François Dosse, analisando a contribuição de Michel de Certeau para a historiografia a partir da distinção entre *dizer e fazer* a história, verifica a inserção do conceito de *práxis* a partir do pensamento social, sobretudo da Antropologia. Para Certeau, o passado não se mexe mais, é o historiador quem mexe no passado, a partir de um lugar social, através de uma prática (como paradigma, ou conjunto de técnicas, nesse caso) e de uma escrita, reformulando constantemente os questionamentos direcionados ao passado e estabelecendo uma relação criadora (poética, no sentido original do termo *poiesis*) a fim de “dizer a ausência”.⁴⁴ Também *a concepção de documento se modifica*, passando de *espelho do fato* à *produção de um ato*, e Jacques Le Goff, em uma conhecida exposição, recobre a transformação do documento em monumento, a partir do reconhecimento das relações de poder que perpassam toda a produção documental, por menos óbvias que sejam:

A intervenção do historiador [...] insere-se numa situação inicial que é ainda menos "neutra" do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.⁴⁵

⁴⁴ DOSSE, François. Michel de Certeau e a História: entre o dizer e o fazer. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004. p. 196-202.

⁴⁵ LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990. p. 548-549.

Em suma, o ambiente intelectual se modificou e permitiu o surgimento de *novas questões* e de *novos diálogos*, mas o que é relevante para a nossa abordagem está naquilo que se modificou na escrita da história, em seus temas e em seus métodos. Sobre esse ponto, cumpre recuperar alguns desenvolvimentos da História Social e da História Cultural. Os dois termos estão longe de um consenso, e, por isso, falaremos em sentido amplo, procurando menos distinguir do que aproximar, concordando com Sílvia Lara que “do ponto de vista das implicações e problemas envolvidos pelo conhecimento histórico, não há separação entre história social e história cultural.”⁴⁶ Até porque, se recentemente a balança pendeu para o lado da cultura, os estudos de história social “vêm demonstrando que não só ‘novos’ aspectos da experiência humana devem ser levados em conta, mas que eles só podem ser explicados ou interpretados se atentarmos para as complexas relações culturais que os informam.”⁴⁷ Isso parece efetivo, ao menos no que diz respeito às implicações e problemas específicos da relação que aqui está sendo abordada.

Novamente, não vamos recuperar cronologias e sim os pontos que atravessam a problemática existente entre *estrutura* e *prática*. Conforme observou Jurandir Malerba, epígonos do estruturalismo “continuam pautando, saibam os historiadores ou não, as mais antagônicas percepções hoje correntes do que seja e de como se deva fazer história”⁴⁸ A partir de uma dimensão essencial para o ofício, contudo, tornou-se evidente que sociedades humanas deveriam ser estudadas para além de relações estáticas, em suas desestruturações e reestruturações. E foi o modelo braudeliano que representou, inicialmente, a grande dádiva da história no diálogo interdisciplinar com as ciências sociais, nossa “moeda de troca”.⁴⁹ Ainda hoje, nos trabalhos de Reinhart Koselleck, o estruturalismo entendido como *sistema, longa duração* e *nível supra-individual* aparece renovado.⁵⁰

Mas, nos dos estudos específicos sobre o espaço urbano, o que predomina é a dimensão do *evento* e do *indivíduo*. Os ecos do estruturalismo se fazem ouvir através da sistematização na análise – não no objeto – e da busca por relações significantes entre os fatos, mais do que em seus recortes temático-metodológicos, como é o caso de uma “história estrutural”. Os estudos sobre as relações sociais que se desenvolvem em meio urbano são

⁴⁶ LARA, Sílvia Hunold. História Cultural e História Social. *Diálogos*. Maringá, PR. v.01, n.01. 1997. p. 26.

⁴⁷ *Ibidem*. p. 29.

⁴⁸ MALERBA, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. *Diálogos*. Maringá, PR. v. 12, n. 1. 2008. p. 21.

⁴⁹ *Ibidem*. p. 42-43.

⁵⁰ *Ibidem*. p 46-50.

privilegiados pela dita “fragmentação” pós-estruturalista, pela ênfase no *simbolismo*, nas *práticas cotidianas* e nos *novos sujeitos históricos*. São esses elementos que nos interessa abordar.

Para cumprir nosso objetivo, pretendemos explicitar algumas matrizes importantes para a atual pesquisa histórica sobre o espaço urbano. Uma delas se encontra na renovação dos estudos marxistas, representada por autores como Edward Palmer Thompson, Raymond Williams e Christopher Hill, que abordaremos a partir do primeiro, e a segunda remete à chamada Nova História, que abordaremos através de eixos temáticos. Ambas se encontram num quadro conceitual de diálogo explícito com a Antropologia.

Thompson renovou o conceito de “classe social” ao enfatizar aspectos culturais e subjetivos antes ignorados pelos historiadores marxistas. Segundo Margareth Rago, a influência desse autor passou a ser marcante a partir da década de 80 no Brasil, quando nos chegou a tradução de “A formação da classe operária inglesa”. Muitos estudos sobre o trabalho urbano se desenvolveram sob sua influência, entre os quais a autora cita o seu “Do cabaré ao lar”, além de outros estudos obrigatórios, como “Trabalho, lar, botequim”, de Sidney Chalhoub, “A vida fora das fábricas”, de Maria Auxiliadora Guzzo Decca e “Nem pátria, nem patrão”, de Francisco Foot Hardman.⁵¹

Mas foram em seus trabalhos posteriores, voltados para a “sociedade pré-industrial”, que suas reflexões rumaram para o campo dos *costumes e hábitos*, onde se fez mais presente o uso da perspectiva antropológica. Nesse ponto, Thompson foi um assumido empirista, pouco afeito a teorias, colocando-se ao lado de Keith Thomas e Natalie Z. Davis com relação à interdisciplinaridade, para os quais a interpretação antropológica contribuiria com novos problemas, independentemente de quais fossem as teorias originárias e os atritos existentes entre elas.

Para nós, o estímulo antropológico se traduz primordialmente não na construção do modelo, mas na identificação de novos problemas, na visualização de velhos problemas em novas formas, na ênfase em normas (ou sistema de valores) e em rituais, atentando para as expressivas funções das formas de amotinação e agitação, assim como para as expressões simbólicas de autoridade, controle e hegemonia.⁵²

Portanto, o que está em questão é mais o uso de uma *perspectiva antropológica* do que um diálogo metodológico com a Antropologia, e essa parece ser a posição oficial da maior parte

⁵¹ RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n.11. jul. 1999. p. 77.

⁵² THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e História Social. In: ____ . *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed.UNICAMP, 2001. p. 229.

dos historiadores que se enveredam por esse caminho, que tem como foco as relações simbólicas.

Em seus estudos sobre a cultura plebeia, esse autor procurou afastar-se de categorias teóricas demasiado abstratas e recuperar a concretude das relações sociais, algo que, como vimos, também vinha sendo feito dentro das ciências sociais:

o próprio termo ‘cultura’, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. Nesse ponto, as generalizações dos universais da ‘cultura popular’ se esvaziam, a não ser que sejam colocadas firmemente dentro de contextos históricos específicos.⁵³

Por outro lado, diante do tipo mais concreto de história que existia em sua época – a história econômica serial-quantitativa – abriu espaço para algo que transcendia a dimensão do material, o que ele chamou, entre aspas, de *não-econômico*. Ao analisar os “motins” desencadeados pelo aumento dos preços do pão na Inglaterra do século XVIII, Thompson inseriu valores tradicionais dos grupos em questão:

É certamente verdade que os motins eram provocados pelo aumento dos preços, por maus procedimentos dos comerciantes ou pela fome. Mas essas queixas operavam dentro de um consenso popular a respeito do que eram práticas legítimas e ilegítimas na atividade do mercado, dos moleiros, dos que faziam pão, etc. Isso, por sua vez, tinha como fundamento uma visão consistente tradicional das normas e obrigações sociais, das funções econômicas peculiares a vários grupos na comunidade, as quais, consideradas em conjunto, podemos dizer que constituem a economia moral dos pobres. O desrespeito a esses pressupostos morais, tanto quanto a privação real, era o motivo habitual para a ação direta.⁵⁴

Thompson ainda hoje é uma referência e um filtro óbvio – ainda que não muito cuidadoso – das teorias antropológicas, tendo certamente contribuído, através de sua prática enquanto historiador, para aproximar as duas disciplinas. As diferenças entre sua posição e as da Nova História são muitas, mas não cabe abordar aqui. Nos interessa perceber que o mesmo *ecletismo em relação ao uso de interpretações antropológicas* se fez presente em ambas, fato acentuado no Brasil, bem como a importância dada aos aspectos simbólicos das ações e pensamentos humanos.

E talvez esse seja o ponto preciso para entrarmos no campo da dita Nova História Cultural. Peter Burke percebeu que o reconhecimento da importância da antropologia pelos historiadores culturais não é um fenômeno recente. Nova seria a tendência a tomar tal

⁵³ *Idem. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 17.

⁵⁴ *Ibidem*. p. 152.

disciplina como modelo (justamente o que Thompson negava). Para Burke e muitos outros historiadores culturais, a Antropologia surge para suprir “deficiências” de uma certa prática historiográfica, através de um novo vocabulário:

Cada um à sua maneira, Clifford Geertz, Victor Turner, Claude Lévi-Strauss, Erving Goffman, Pierre Bourdieu, Edmund Leach, Dell Hymes, Mary Douglas e outros forneceram-nos um novo vocabulário para falarmos de mito, ritual, símbolo, comunicação, de cultura, em suma. [...] Mostram-nos como interpretar o que nos não é familiar, como descobrir normas culturais através do estudo do quotidiano [...]. Apontam o poder e a difusão das metáforas na nossa forma de lidar com os outros. Em resumo, chamaram a atenção para o simbolismo inscrito na vida de todos os dias, no parentesco, na sexualidade, na política, etc.⁵⁵

Tais deficiências se ligariam ao determinismo estrutural-econômico “positivista”, que toda uma gama de autores insiste em apontar como paradigma para a historiografia das décadas de 50 a 70. José Jobson de Arruda, num balanço sintético da produção historiográfica brasileira, percebeu, para as décadas de 80 e 90, o mesmo movimento que se dava no exterior: *a perda de importância das teorias econômicas e o aumento de influência da antropologia e da crítica literária*.⁵⁶

Para Sandra Pesavento, “os renomados estágios evolutivos positivistas são etapas de extinção do simbólico”⁵⁷, e, portanto, não seria surpresa constatar que o simbólico ganha importância renovada justamente quando os grandes paradigmas explicativos “caem”. Pesavento é uma autora importante em nosso estudo, na medida em que as duas categorias de análise que privilegiou em sua obra são aspectos da dimensão simbólica – as *representações* e o *imaginário* – e também devido à atenção legada ao espaço urbano. Por isso, vamos nos deter um pouco mais em seu trabalho.

Grande parte dos artigos publicados pela autora nos permite contatar sua formação teórica, através das introduções e definições conceituais às quais procede. Fica clara sua filiação à nova história cultural de matriz francesa, sobretudo à figura de Roger Chartier, sempre citado quando se trata de definir o conceito de *representação*, como ocorre em “Por uma história cultural do urbano”:

⁵⁵ BURKE, Peter. História Cultural: passado, presente e futuro. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992. p. 21.

⁵⁶ ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 78-80.

⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995. p. 11.

Para Chartier, a noção de representação é central para a sua concepção de história cultural, que se baseia na correlação entre práticas sociais e representações. A representação deixa ver uma ausência, estabelecendo-se a diferença entre aquilo que representa (o representante) e o que é representado. Mas, ao mesmo tempo, a representação afirma uma presença daquilo que se expõe no lugar do outro.⁵⁸

A ênfase na relação afirmada por Chartier entre prática e representação social é evidenciada a partir de outro artigo, “Imaginando o imaginário”:

Para Roger Chartier, não é possível entender uma história cultural desconectada de uma história social, posto que as representações são produzidas a partir de papéis sociais [...]. Nesta linha de raciocínio, Chartier indica o caminho para decifrar a construção de um sentido num processo determinado: o cruzamento entre práticas sociais e historicamente diferenciadas com as representações feitas.⁵⁹

Caminho que a historiadora seguiu à risca. Mas a representação não é o seu foco principal de trabalho, é uma face dele. A autora se detém no *imaginário*, tal como definido pelos franceses, enquanto propriedade do coletivo social. Para Pesavento, o imaginário é uma evocação que dá sentido às coisas, uma ponte entre o real e o utópico (seja este positivo ou negativo, de futuro ou de passado), localizada na ordem simbólica de uma sociedade e que se expressa através de “símbolos, ritos, crenças, discursos e representações alegóricas figurativas”.⁶⁰ Percorrendo brevemente um estudo como amostra, podemos ver como essa teoria é posta em prática.

Grande parte da sua obra nos permite ver um “mapa” dos lugares malditos da Porto Alegre de fins do século XIX, frequentada pelos chamados “indivíduos turbulentos”. O peso da maldição se encontra, claro, na realidade, mas é visível também ao nível do imaginário coletivo. Em um artigo, ao analisar a partir de quando os becos passaram a ser vistos como um “mau lugar”, a autora se debruça sobre plantas e fotografias para constatar que pouca diferença havia entre “ruas” e “becos” do ponto de vista espacial.⁶¹ Ao se voltar para crônicas memorialísticas, com a de Álvares Pereira Coruja, os dados do imaginário vão sendo, contudo, recuperados: “ruas” eram assentadas pelo poder público enquanto grande parte dos “becos” se originavam de terras devolutas ocupadas diretamente pela população, sem muita ordem: “os becos se originam de uma ocupação ‘espontânea’ ou ‘orgânica’ da cidade que se

⁵⁸ *Idem*. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995. p. 281.

⁵⁹ *Idem*. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. p. 18-19.

⁶⁰ *Ibidem*. p. 24.

⁶¹ *Idem*. Era uma vez um beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANNI, Maria Stella. (org.) *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. p. 99-104.

adensa e espraia. Neste sentido são também iniciativas que se tomam fora da norma ou da regra.”⁶²

Ao considerar o aspecto das casas dos becos, em comparação com as das ruas, Pesavento percebe também maior carência entre os moradores dos becos. Isto seria suficiente para rotular um “mau” lugar, mas a existência de documentos comprovando que também pessoas de posses moravam em becos desfaz a hipótese na realidade, embora denote o peso no imaginário. Seria apenas a partir da expansão da cidade e da especulação imobiliária em torno da área central que os becos passariam a ser, de fato, o espaço de concentração da gente pobre. É então que o significado do termo ganha seu tom moral, de lugar “feio, sujo, fétido e perigoso, pois nele se concentram as socialidades condenáveis”.⁶³ E o que torna condenáveis tais sujeitos e tais socialidades? O discurso de uma elite cidadã que estigmatiza o “outro” para demarcar sua diferença e fabrica todo um imaginário que distingue brancos e negros, ricos e pobres, cidadãos e indivíduos, em suma, “boas” e “más” pessoas. Uma interpretação evidentemente antropológica.

O aparecimento desses “outros” sujeitos na historiografia nos leva a outro ponto importante na renovação da História Social e Cultural, a emergência de questões relacionadas ao *gênero* e à *etnia*. O ponto de partida de tais considerações estaria, segundo Elaine Rocha, na renovação marxista, mencionada acima:

Partindo de questões vinculadas ao trabalho nas fábricas e ao confronto entre dominantes e dominados, ainda sob forte influência do marxismo, historiadores passaram a recuperar outras categorias, como o trabalho informal ou o trabalho no campo. [...] Estudos sobre a escravidão negra e sobre as mulheres nas indústrias uniram os novos temas à temática já sedimentada do trabalho, utilizando-se ainda do materialismo histórico como premissa principal de análise e de coleta de dados. Aos poucos novas indagações foram se incorporando [...] ressaltando-se uma preocupação pela vida fora das fábricas, pelo cotidiano dos operários [...]. Neste momento, já se antecipava a vinculação das questões de gênero e etnia, principalmente no que se refere a temas vinculados à imigração e condição femininas, escravidão, família e cotidiano.⁶⁴

De fato as temáticas de gênero e etnia ligaram-se bastante à do trabalho. Trabalho escravo, trabalho informal e trabalho operário, movimentos migratórios para preenchimento de mão-de-obra, etc.

⁶² *Ibidem*. p. 105.

⁶³ *Ibidem*. p. 115-116.

⁶⁴ ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na história: gênero e etnia. *Diálogos*. Maringá, PR. v. 4, n. 1, 2000. p. 147- 148.

No Brasil, atualmente, a *temática das mulheres* parece vir ganhando um espaço bem mais amplo de pesquisa do que a da etnia. Muitas vezes tais temáticas se mesclam, no estudo de negras, polacas, etc. Mas o predomínio é do gênero sobre a etnia, ao menos no que diz respeito aos estudos sobre o espaço urbano. Essa vertente se iniciou, segundo Mary del Priore, na década de 70, com historiadoras feministas que procuravam “recuperar as mulheres”, mas logo o leque temático se ampliou e as questões de gênero passaram a ser vistas de forma mais ampla, a partir da divisão social de papéis sexuais – como gênero de fato, não apenas o gênero feminino. O questionamento passou a residir em como tais papéis eram delimitados, dentro de quais relações de poder, a partir de quais imaginários.⁶⁵

Dentro do espaço urbano, o papel desempenhado pelas mulheres nas ruas e nas casas aparece pela primeira vez no clássico de Maria Odila Leite da Silva Dias, “Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX”, sobre as estratégias informais de sobrevivência de trabalhadoras pobres. Depois dessa iniciativa pioneira, negras de tabuleiro, prostitutas, donas de casa, ativistas políticas e várias outras figuras femininas tomaram a historiografia.

Cabe ainda, contudo, mencionar um último tema, devido à grande importância para os estudos urbanos, que é o estudo do *cotidiano*. Outro tema de origem controversa, normalmente associado à Escola dos Annales, o cotidiano teria surgido a um nível que podemos chamar de *etnográfico*, pautado pela descrição de hábitos físicos, gestuais, alimentares, afetivos e mentais, e evoluído para um nível *etnológico* a partir da consideração das relações de poder que perpassam os hábitos, através do “questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina [...], o significado dos fatos e gestos cotidianos.”⁶⁶ O mundo da experiência comum, tornada problemática e não mais algo óbvio, foi clareado pela influência direta da antropologia, que torna familiar o exótico e exótico o familiar. No ambiente urbano, através dos domicílios, vizinhanças, locais de lazer e de trabalho, a experiência dos sujeitos históricos se tece dentro do cotidiano, que aparece, portanto, como o centro real da *práxis*. É na prática de todos os dias que se procura visualizar, hoje, a disciplinarização e a resistência, a produção e a reprodução da sociedade.

⁶⁵ PRIORE, Mary del. História das mulheres. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 221-225.

⁶⁶ MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cidade. In: _____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002. p. 22.

Em suma, os campos da antropologia e da história em geral se renovaram, ao nosso ver, a partir da *consideração de velhos e novos sujeitos históricos dentro de uma ordenação sócio-cultural que é dinâmica*, posto que se forma e transforma constantemente devido às ações desses mesmos sujeitos. Tais ações são focalizadas *na dimensão do cotidiano*, que também é mito, rito e simbolização. No caso da historiografia, a renovação se deu a partir de debates internos à disciplina, que muitas vezes partiram de outras relações interdisciplinares e de questões próprias aos historiadores, mas cujos paralelos com as teorias antropológicas são claramente perceptíveis, embora tenhamos notado que este diálogo específico não é tão cuidadoso em suas implicações e consequências teóricas. Antes de finalizar, cumpre mencionar que também encontraram grande acolhimento na historiografia brasileira alguns pressupostos teóricos advindos da *micro-história*, sobretudo a partir da década de 80, que foram considerados justamente na medida em que propiciavam a aproximação com a antropologia, pela vertente de uma “teoria da prática”. O trabalho sobre conjuntos sociais reduzidos permite ao historiador acessar uma nova trama, visualizar uma forma específica de conhecimento que alcança a diversidade de significados das experiências sociais e se baseia nos comportamentos individuais e em suas redes de interações.⁶⁷ Isso é muito presente nos estudos de cidades, que costumam operar com quadros reduzidos desde o início.

Agora vamos compreender o que é a “História Urbana”, por onde ela vem se desenvolvendo hoje em dia e por que não usamos o termo sem aspas.

3.2. “História Urbana” e historiografia do espaço urbano.

Em primeiro lugar é preciso esclarecer a distinção conceitual. Sob o rótulo de “História Urbana” sempre houve diversos tipos de abordagens historiográficas, que não se resumem ao campo do saber histórico. Como vimos no início deste texto, conceitos como os de *cidade, urbano, urbanização*, etc., percorrem diversos campos e são muito propensos à interdisciplinaridade. Para nós, além da relação que move este trabalho, é pertinente explorar o campo da Arquitetura e do Urbanismo, já que o interesse pela dimensão histórica das

⁶⁷ REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1998. p. 19-23.

idades, bem como pelas reflexões teóricas que perpassam a historiografia, tem marcado estudos recentes nesse campo, tornando-os relevantes à análise historiográfica.

Estudos sobre cidades se desenvolveram muitas vezes ao lado dos estudos de *civilização*, e, ainda hoje, *urbanidade* é sinônimo de *civilidade*, ou seja, de atitudes conformes à boa convivência entre os homens. Uma grande linha de estudos sobre o urbano, que costuma ser colocada sob o rótulo de História Urbana, se desenvolveu em consideração, justamente, da passagem de uma sociedade agrária para uma sociedade urbana, dentro do processo mais amplo de modernização e industrialização. No Brasil, estudos de síntese clássicos como os de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Caio Prado Júnior serviram de inspiração para esse tipo de análise.

Carlos Guilherme Mota, ao analisar algumas obras desse campo, inclui nesses termos os trabalhos de Donald Pierson sobre Cruz das Almas, de Stanley Stein, sobre Vassouras, e de Richard Morse, sobre São Paulo. Ainda que trabalhem sobre objetos muito diferentes, todos estes pesquisadores buscariam, segundo Mota, abordar a cidade como o polo progressista do desenvolvimento do país, bem como as resistências à mudança que persistiam na sociedade tradicional.⁶⁸

Mas é nos estudos de alguns arquitetos, como Nestor Goulart Reis Filho, que se percebe melhor como a História Urbana se vincula à temática do desenvolvimento da sociedade agrária para uma sociedade urbana. Com um viés claramente econômico e sociológico, tais estudos visaram apreender os mecanismos da mudança social, através do desenvolvimento histórico e junto a uma perspectiva engajada, como notaram Marisa Carpintéro e Josianne Cerasoli:

Nesses trabalhos, seus autores se preocupam com o futuro das cidades, ou seja, o estudo da história constitui um aporte pragmático em apoio de suas próprias pesquisas sobre “a evolução urbana” nos diferentes momentos das modificações na arquitetura, nos processos construtivos e no traçado da cidade. A ênfase recai na busca de respostas e soluções capazes de diminuir as “tensões sociais” inerentes ao crescimento desmesurado das cidades.⁶⁹

Acreditamos que tais processos se compreendem melhor sob o conceito de *urbanização*. Mas, devido à grande imprecisão conceitual que parece reinar no campo dos estudos urbanos, a História Urbana vinculou-se demasiado a esta concepção, que, cumpre

⁶⁸ MOTA, Carlos Guilherme. Da cidade ibero-americana: temas, problemas e historiografia. *Aedificandi*: Revista de Arquitetura e Construção. São Paulo, v.1, n. 1, jun. 2006. p. 33-34.

⁶⁹ CARPINTÉRO, M.V.T. & CERASOLI, J.F. A cidade como história. *História: questões e debates*. Curitiba, PR. n.50. jan. - jun. 2009. p. 69.

dizer, permeia a produção de arquitetos e urbanistas mais que a de historiadores. Carpintéro e Cerasoli notam que, no campo da produção feita por historiadores, essa linha de interpretação se faz menos presente. A cidade na “história dos historiadores” apareceria quase sempre como palco dos acontecimentos sociais, de maneira indireta, ou seja, uma presença oblíqua.⁷⁰

Analisando a produção anglófona em História Urbana, Luís Otávio Silva desenhou uma polarização muito propícia ao desenvolvimento da nossa perspectiva, existente entre a “cidade como processo” e a “cidade como sítio”. Sob o primeiro tópico estariam as pesquisas britânicas, filiadas ao *grupo de Leicester*, que visavam os processos gerais da urbanização, considerando estudos particularizados sobre determinadas cidades apenas como meios para atingir a compreensão do global.⁷¹ Sob o segundo, estariam, sobretudo, os estudos da *New Urban History* americana (NUH), cujo expoente mais conhecido tem ganhado bastante influência no Brasil: Richard Sennet. Muito criticada, sobretudo quanto ao caráter “urbano” dos seus estudos, a NUH teve o mérito de amadurecer metodologias das ciências sociais para os estudos urbanos e de levar em consideração as experiências cotidianas.⁷² Cumpre notar que as críticas se faziam de dentro de um paradigma, o da cidade como processo, que seria a verdadeira História Urbana. Segundo tal paradigma, na perspectiva da NUH “não havia uma história urbana como um domínio específico. Os fenômenos por ela tratados eram apenas incidentalmente urbanos.”⁷³

Tais referências nos parecem suficientes para demarcar “História Urbana” como esse domínio – mesmo impreciso – da história como processo, ainda que, como vimos no início deste texto, o conceito de “urbano” nas ciências sociais aponte exatamente para aquilo que se desenvolve “dentro” da cidade como sítio. Como deixamos claro em nossa exposição, o objeto que procuramos delinear não é, portanto, essa “História Urbana”, mas sim as relações sociais que se dão em meio urbano, ou seja, *no espaço urbano*. Entendemos aqui o “espaço” não como algo material, mas principalmente como o local das práticas sociais, no sentido de Certeau, “as práticas estranhas ao espaço ‘geométrico’ ou ‘geográfico’ das construções”, práticas que se referem “a uma forma específica de operações (‘modos de operar’), a ‘uma outra espacialidade’ (uma experiência de espaço ‘antropológica’, poética e mítica) e a uma

⁷⁰ *Ibidem.* p. 83.

⁷¹ SILVA, Luís Otávio. História Urbana: A constituição de uma área de conhecimento. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n. 6-7, mai. - nov. 2002. p. 77-78.

⁷² *Ibidem.* p. 81-82.

⁷³ *Ibidem.* p. 79.

mobilidade opaca e cega”.⁷⁴ É nesse sentido que propomos o termo *historiografia do espaço urbano*. Conquanto seja ainda impreciso, cabe perfeitamente na caracterização do nosso objeto. Trazendo para o campo da historiografia a observação de Márcio Goldman, citada anteriormente, pretendemos delinear *um campo onde o urbano aparece como objetivação e não como algo objetivado*.

Não encontramos nenhum estudo teórico no qual esta questão seja colocada de forma clara, já que, para abranger o caráter por nós pretendido, tais estudos deveriam ser de *prospecção*. Nos muitos artigos de *revisão* relacionados à temática da “história urbana”, dentre os quais destacamos os dois mais conhecidos, “História e historiografia das cidades”, de Maria Stella Brescianni, e “História Urbana”, de Ronald Raminelli, o foco da análise se encontra ainda na materialidade cidadina – ainda que esta materialidade seja considerada a partir de suas representações – e em autores clássicos para o estudo de temáticas que já se encontram desenvolvidas, como a ligação entre desenvolvimento urbano e modernidade, ou o jogo de poder presente no estabelecimento dos núcleos urbanos e nas reformas higienistas.⁷⁵ Não queremos, de forma alguma, negar a importância de tais estudos, mas sim apontar para a limitação bibliográfica existente no sentido de captar, de forma sintética, um campo de estudo que ganha cada vez mais importância, embora não tenha ainda se desenvolvido de forma a compor uma verdadeira linha de pesquisa. Para prosseguirmos na análise, optamos por caracterizar essa área de estudos a partir de dois autores, Peter Burke – autor do único texto que encontramos que disserta sobre as relações específicas entre história urbana e antropologia urbana – e Bernard Lepetit, acrescentando algumas observações baseadas na exposição já feita até aqui.

O texto “História urbana e antropologia urbana na Europa moderna”, de Burke, propõe um trajeto interessante, com o qual o nosso se assemelha: discutir a presença da antropologia social em geral entre os historiadores que estudam a Europa moderna, e, especificamente, a presença da antropologia urbana.⁷⁶ Para Burke, existem pontos que são distintamente

⁷⁴ CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994. Dossiê Cidade. p. 23.

⁷⁵ BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 237-158; RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 185-202.

⁷⁶ BURKE, Peter. História urbana e antropologia urbana na Europa moderna. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992. p. 70.

etnográficos na abordagem do espaço urbano, presentes em tópicos como “a família, as migrações, as associações voluntárias, o trabalho, o crime, a vizinhança, a segregação social e as mentalidades”.⁷⁷ No recorte empreendido pelo autor, destacam-se estudos que analisam o estabelecimento de comunidades de migrantes a partir de associações identitárias e de ajuda mútua, das relações entre grupos étnicos e determinados ofícios, os sinais distintivos de grupos sociais, etc.

Não concordamos que estes sejam pontos “distintamente etnográficos”, pois, apesar de surgirem a partir de um diálogo com a antropologia, nem sempre se desenvolvem a partir do mesmo aporte teórico. Contudo, é consensual na historiografia que tais temáticas surgiram na renovação propiciada pelo diálogo com a perspectiva antropológica. Na pesquisa brasileira tais temas se fazem bastante presentes, mais por influência da tradição historiográfica francesa do que por um incentivo de pesquisas antropológicas existentes nessas mesmas áreas, sejam brasileiras ou estrangeiras. Ao nosso ver, uma aproximação direta entre as duas perspectivas, a partir de seus autores originais, contribuiria para que o caráter antropológico da interpretação historiográfica se tornasse, de fato, algo evidente.

Ainda para Burke, a literatura picaresca seria uma fonte interessante para a aproximação dos modos de reconhecimento grupais entre camadas “marginais”, ponto com o qual concordamos plenamente: “tal como na moderna etnografia, os tipos do vagabundo, do mendigo e do ladrão são cuidadosamente distinguidos em termos do que parece terem sido as suas próprias categorias.”⁷⁸ Para o caso brasileiro, diversas obras literárias de costumes ou memórias representam também um ponto de partida interessante para a apreensão desse tipo de elemento, como acontece com a obra de João do Rio, a mais estudada nesse sentido.⁷⁹

A exteriorização do estatuto social nas roupas, gestos, mobiliário e habitação também é mencionada pelo autor, tema que vemos presentes, na pesquisa brasileira, em estudos sobre as cidades mineiras – palcos da ostentação característica da mentalidade barroca, sobretudo em ocasiões festivas – ou sobre a *Belle Époque*, cujas análises se concentram naquela que era então a capital brasileira, a cidade do Rio de Janeiro.

Outro autor interessante para pensarmos uma historiografia do espaço urbano é Bernard Lepetit, que possui uma formação teórica muito sólida, de viés hermenêutico, e se

⁷⁷ *Ibidem.* p. 71.

⁷⁸ *Ibidem.* p. 78.

⁷⁹ Nos estudos que abordam esse autor, destacam-se as seguintes obras: *A alma encantadora das ruas*; *As religiões no Rio*; e *Histórias da gente alegre*.

insere na corrente da historiografia contemporânea de forma exemplar, admitindo as limitações do ofício do historiador e procurando, ainda assim, avançar da forma mais coerente possível. Em seus estudos sobre as cidades, percebeu a carência de dedicação teórica aos usos sociais das mesmas, quando comparados com as formas urbanas materiais.⁸⁰ O autor defende o estudo da cidade dentro do que expusemos anteriormente como uma “teoria da prática”. “Mais do que um conceito de análise, a cidade aparece como uma ‘categoria da prática social’”.⁸¹ “Aí se inclui a idéia de uma adaptação ativa, realizada pelos atores sociais ao sabor de seus equilíbrios e de suas capacidades, dos enquadramentos espaciais por eles herdados.”⁸²

Como tivemos contato apenas com sua obra teórica, não nos é possível dizer como Lepetit trabalha com tais atores e práticas, mas, do ponto de vista estritamente teórico, sua perspectiva acerca dos usos do espaço urbano parece bastante próxima daquela dos antropólogos brasileiros, que expusemos mais acima. Ainda que Lepetit não abra mão da materialidade em seus estudos, procura sempre lembrar que a cidade é algo habitado por pessoas, que a interpretam de forma desigual, sob a influência de diversos fatores. É justamente essa perspectiva, dos usos e percepções da cidade pelos sujeitos que nelas habitam, que procuramos detectar na historiografia brasileira.

Outra reflexão interessante que perpassa a sua obra refere-se à descontinuidade temporal da paisagem citadina, na qual Lepetit percebe o jogo existente entre formas e funções. A materialidade das formas leva “a uma reflexão sobre as modalidades de apropriação do passado.”

O abastecimento e a configuração das casas e dos espaços de trabalho, as características e a repartição dos edifícios públicos, a ordenação da rede viária, a distribuição e a organização dos espaços de produção, de troca e de lazer, provêm quase todos de passados cuja profundidade difere e apresentam ritmos de evolução diversos. [...] Na cidade, elementos oriundos de diferentes épocas se acumulam.⁸³

É dentro desse jogo que ele utiliza o conceito de *traço*, como forma “desajustada” de construções passadas. Mas, em nenhum traço haveria passado, segundo o autor, mas sempre um presente continuado com novos usos, novas atribuições de sentido e reinterpretações da significação social dos lugares.⁸⁴ É fácil perceber que em sua perspectiva, além da prática

⁸⁰ LEPETIT, Bernard. É possível uma hermenêutica urbana? In: _____. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 140

⁸¹ *Ibidem*. p. 145.

⁸² *Ibidem*. p. 147.

⁸³ *Idem*. O presente da história. *op. cit.* p. 179.

⁸⁴ *Ibidem*. p. 180-182.

social, estão presentes também os atores, que são aqueles que usam, atribuem sentido e reinterpretam as formas. A sociedade é, para ele, o produto da interação dos atores dentro da prática social.

Antes de deixarmos o domínio da teoria para nos determos sobre a prática historiográfica, cumpre recuperar mais alguns pontos que já foram expostos neste texto. A fim de formularmos uma orientação para o diálogo entre as disciplinas, na constituição disso que chamamos *historiografia do espaço urbano*, é importante considerar a tensão entre o particular e o global. Consideramos exemplar a postura metodológica da antropologia nessa questão, pois, como dissemos, o objetivo é articular o particular ao global, encarando aquele como fator constituinte deste. A manutenção da dimensão integrativa, sempre frisada pelos antropólogos quando acusados de trabalhar sobre particularismos, é um *parti pris* antropológico: os grupos urbanos não são destacados da sociedade em geral, nem a dimensão simbólica é desvinculada das outras dimensões que compõem a realidade social.

Do ponto de vista conceitual, é igualmente interessante para o historiador trabalhar com categorias antropológicas, tanto mais quanto são entendidas a partir dos antropólogos (e de alguns sociólogos) e não apenas através da filtragem empreendida pela historiografia, na sua vertente sócio-cultural. Os próprios conceitos que intitulam este texto, *prática e atores*, são oriundos de uma perspectiva da teoria social que é predominantemente antropológica. Como o segundo conceito ainda não foi ressaltado neste texto, cumpre apontar para a distinção entre ator (ou agente) e sujeito. Desde Lévi-Strauss, classicamente situado pela história da antropologia no ponto de ruptura com o humanismo – entendido como a importância dada ao caráter quase demiúrgico da ação humana sobre a realidade social –, o termo “sujeito” é preterido em favor de outros que incluem tanto a dimensão ativa do indivíduo, quanto sua inserção em determinado campo social. O agente e o ator são entidades que agem dentro de um sistema, de um repertório já dado, ainda que não de forma fechada.

Pela semelhança de interesses entre a antropologia urbana e a historiografia do espaço urbano, que, antes de mais nada, trabalham com grupos urbanos *na cidade*, consideramos que um verdadeiro diálogo entre autores e obras dos respectivos campos – e não apenas o uso de uma *perspectiva* – seja de grande valor. A seguir, levantaremos alguns pontos acerca da possibilidade e da existência de uma historiografia pautada pelos termos até aqui desenvolvidos.

3.3. Para uma historiografia das práticas e dos atores no espaço urbano.

Retomando a epígrafe que abre este texto, concordamos com Certeau em que as práticas e os praticantes urbanos furtam-se à legibilidade. Mas a leitura de tais elementos não é de todo impossível. A partir do contato que tivemos com a historiografia, uma coisa ficou muito clara e cumpre ser logo abordada: quanto mais recente o recorte temporal dos estudos, mais profundos são os resultados, em termos de interpretação simbólica. Tal fato se deve, sobretudo, às limitações documentais.

Autores que trabalham com períodos anteriores ao século XIX, possuem menor acesso a fontes importantes para uma percepção descritiva do passado, como é o caso dos jornais, dos textos literários (que aumentam consideravelmente a partir desse século) e das fotografias. A maior parte da documentação utilizada por historiadores do período colonial é oficial, e as fontes mais importantes para a percepção das práticas e dos atores são pouco variadas quando comparadas àquelas produzidas depois: memórias de viajantes, literatura e iconografia. Nem por isso a renovação dos estudos históricos pelo viés do simbólico, do cotidiano e dos novos sujeitos históricos foi ignorada pelos estudiosos do período colonial. O que percebemos foi apenas uma maior “empíria” na interpretação social, o que dificulta a interpretação antropológica, pelo viés do significado simbólico.

Vamos comparar alguns estudos para tornarmos o argumento mais evidente. Como já foi dito, um grande filão de renovação historiográfica se fez presente nos estudos de gênero. Obra referencial para esta questão é “O Averso da Memória”, de Luciano Figueiredo. Procurando nas características inerentes ao sistema escravista mineiro a presença do papel feminino, oculto por uma historiografia conservadora e de orientação patriarcal, Figueiredo desnuda um universo pouco conhecido da participação feminina na sociedade, que costumava ser selado na submissão à família e ao lar.

O autor endossa a tese de que a sociedade mineradora era um caso peculiar de desenvolvimento urbano, o que teria propiciado um ambiente de diversificação econômica e mental, bem como o desenvolvimento de uma camada média de população dedicada a profissões livres ou autônomas, algo que rompe com a concepção tradicional da dicotomia estrutural entre senhor e escravo.⁸⁵ Dentre as atividades propiciadas pelo incremento da vida

⁸⁵ FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999. p. 26-27.

urbana, destaca-se o pequeno comércio, “atividade essencialmente feminina nas Minas Gerais durante o século XVIII – assim como em outras regiões coloniais da América Portuguesa”.⁸⁶ Nas Minas, escravas e forras compunham a paisagem como vendeiras, volantes ou fixas, excluídas que estavam de outros ofícios, como os mecânicos e artísticos.⁸⁷

Até aqui, apesar de muito esclarecedor, o estudo não deixa o terreno da empiria. A primeira questão relacionada a uma dimensão menos tátil da realidade surge no estudo das tentativas de controle social sobre as atividades mencionadas acima, que eram freqüentes. Sob a máscara de defesa da moralidade – o papel de vendeira confundia-se sempre com o de prostituta, e o da venda, com casas de alcouce ou locais de práticas de lazer temidas pelas autoridades –, o que a administração colonial visava seria, na realidade, o controle das tensões sociais e do desvio fiscal. Ao olhar antropológicamente orientado, a presença de uma retórica moralista na documentação exigiria maiores desdobramentos. Por exemplo: qual o valor dessa moral específica entre os grupos envolvidos na questão? Como essa retórica era percebida pelos atores? Haveria consciência – entre os autores ou entre a população – de que tal discurso era apenas uma máscara para o domínio político-econômico colonial? Tais questões não são respondidas pelo autor, e, talvez, nem sejam passíveis de resposta diante do problema da limitação documental, mas ao menos a primeira questão pode ser esclarecida através do traçado de paralelos com outros estudos com os quais tomamos contato na pesquisa. Portanto, faremos uma pequena digressão.

Para Luiz Carlos Villalta, a moral sexual era pautada por uma religiosidade que se manifestava na aparência, no espaço público. Nos costumes íntimos – ou nem tão íntimos assim, já que muitos casos de concubinato e prostituição eram evidentes – prevalecia outra concepção de moral, sobretudo entre os cativos e forros. Uma observação importante é feita pelo autor quanto à concepção diversa de “moral” causada pela diferença cultural: “os vários grupos indígenas e africanos possuíam normas outras de casamento e de intercurso sexual, em muito distantes das consagradas por lei”.⁸⁸

Cumprê então considerar a distinção entre a moral das mulheres brancas e a moral das mulheres negras, com as quais Figueiredo trabalha. Para as primeiras, a defesa de uma moral cristã fazia mais sentido do que para as segundas. Conforme observou Emanuel Araújo, o

⁸⁶ *Ibidem.* p. 33.

⁸⁷ *Ibidem.* p. 60-62.

⁸⁸ VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana, MG: Imprensa Universitária da UFOP, 1998. p. 77.

senso comum da época previa, à mulher, o recato e a submissão, mas tal preceito se tornava válido apenas para as famílias bem colocadas na sociedade.

A gente comum pouco ou nada tinha a perder, ainda que tivesse a temer – temer a repressão velada e informal da maledicência dos vizinhos e a eventual repressão explícita e formal das leis civis e eclesiásticas. Suas condições de sobrevivência, porém, eram diferentes, e assim a consciência e a apreensão de todos os mecanismos de controle pessoal e social, consoante sua maneira de viver, também diferiam do padrão geral.⁸⁹

O texto de Araújo é um bom exemplo de como acessar a mentalidade da época colonial, com interpretação simbólica aliada ao respaldo documental.

Feitas estas observações, podemos perceber que a retórica da moral era direcionada para uma população específica – aquela bem situada na hierarquia social. Para o grupo focalizado *sob* o discurso, que nesse caso são as negras forras, pouco sentido havia no seu conteúdo, sendo que a coerção se dava pela ameaça concreta da lei, não pelo seu valor simbólico. Podemos inclusive ir mais longe e nos perguntar se, de fato, tal retórica obtinha real aceitação entre os homens “de bem”, ou se era apenas aparência, como muito do que havia na sociedade colonial, perpassada pelo vício e pela miséria.

Isso é suficiente para compreendermos o tipo de questionamento que a orientação antropológica imprime no historiador. Continuemos com a obra de Luciano Figueiredo. Para esse autor, a fluidez da vida na colônia mineira se refletia também na estrutura familiar, ou melhor dizendo, na estrutura dos grupos domésticos, já que o termo “família” não cabe sem ressalvas para a caracterização dessas alianças, já que “a concubinação constituiu-se na organização familiar típica entre as camadas populares da sociedade”⁹⁰ Ao mesmo tempo em que era incentivado pelo Estado, para evitar a grande incidência da miscigenação entre a população das Minas, o casamento era dificultado pelas altas taxas cobradas pelo clero para a realização da cerimônia. Assim, “o casamento passaria a representar um símbolo de *status*, na medida em que, inacessível à grande maioria, indicaria uma marca da diferenciação social.”⁹¹

Novamente, cumpre levantar algumas questões que não são abordadas pelo autor. É importante conhecer a composição familiar da colônia mineira, o que já foi feito de forma

⁸⁹ ARAÚJO, Emanuel. A colônia pecadora. In: _____. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008. p. 197.

⁹⁰ FIGUEIREDO, Luciano. *op. cit.* p. 113.

⁹¹ *Ibidem, loc. cit.*

exaustiva por Ida Lewcowicz ⁹² (na realidade, não há nenhum dado novo no texto de Figueiredo acerca desse ponto). Mas o conhecimento dessa composição nos faz perguntar acerca do significado social dessa diferença. A *família* é um objeto extensamente abordado na Antropologia e sabemos que sua forma de organização varia de acordo com as sociedades e, em cada uma delas, carrega algum significado orientador da vida social. Qual seria o significado dessa família fragmentada que aparecia na sociedade mineira? Como era percebido o *status* do casamento entre os habitantes da colônia? Em que medida essa prática foi procurada visando o fim da distinção social? Não sabemos se a documentação colonial oferece respaldo para estas questões, pois não encontramos menções de outros autores acerca desse ponto.

No que concerne ao campo religioso, o autor levanta questões interessantes ao abordar a presença feminina nas irmandades. O papel das irmandades é destacado como congregação social, de salvaguarda material, de convívio e de atuação religiosa pelas mulheres pobres, contrastando com a presença das mulheres brancas nessas associações, que obtinham apenas o reforço da submissão à sociedade patriarcal. Tal fato dever-se-ia à própria expressão social de tais mulheres no cotidiano: “para as mulheres negras e mulatas, a participação religiosa nas irmandades refletia o papel que desempenhavam na vida social das comunidades mineiras.” ⁹³ Além disso, a contribuição financeira de uma mulher branca seria menor que a de um homem branco nas irmandades que congregavam as elites, reflexo da tutela à qual eram submetidas. Já as negras e mulatas contribuía da mesma forma que os homens, reflexo de sua situação mais autônoma. Outro ponto interessante, do ponto de vista antropológico, se encontra no papel de feiticeiras e curandeiras. Tal papel lhes dava um lugar diferenciado na sociedade, diante do medo do desconhecido, o que lhes conferia poder. ⁹⁴ Contudo, o autor não explora o imaginário decorrente dessa posição.

Ainda em Minas Colonial, cumpre mencionar que um estudo interessante para a apreensão do significado simbólico do papel feminino se encontra em “Mulheres Forras: cotidiano e cultura material em Vila Rica (1750-1800)”, de Cláudia Cristina Mol. ⁹⁵ Trabalhando com a cultura material, a autora consegue atingir o imaginário a partir de uma

⁹² LEWCOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de Doutorado em História.

⁹³ FIGUEIREDO, Luciano. *op. cit.* p. 161.

⁹⁴ *Ibidem.* p. 180.

⁹⁵ MOL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura-material em Vila Rica (1750-1800)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Dissertação de mestrado em História.

orientação teórica preocupada com a significação social, claramente exposta no texto. A cultura material aparece como mediação entre o empírico e aquilo que os objetos podem revelar acerca da vida social, numa aceção antropomórfica dos mesmos – baseada em Jean Baudrillard –, já que as relações que os homens têm com os objetos não se resumem ao simples uso, mas também a uma relação de significado.⁹⁶

O próprio fato de deixarem um testamento documentando suas posses já torna tais mulheres distintas, pois isso era algo raro. O ato de inventariar, portanto, já era, em si mesmo, um símbolo de distinção social. E a posse de escravos, por exemplo, apontada há muito pela historiografia como um dos principais fatores de diferenciação no meio urbano, é confirmada pela autora, mesmo entre as ex-escravas. Mól argumenta que, mesmo existindo relações mais próximas entre escravos e senhoras forras, além de alguns laços de solidariedade, tais mulheres adotavam os “valores dominantes” no trato dos escravos e encaravam-nos, sim, como uma propriedade, e como algo que lhes dava distinção social.⁹⁷ A partir desse fator, as forras se tornavam “senhoras”, ao menos em seu próprio imaginário, já que não eram tratadas como tal, ou seja, mesmo alcançando a *distinção social*, alcançar o *reconhecimento social* não era tão fácil.

Os dois últimos capítulos são os mais interessantes para uma visualização do significado que perpassava os bens materiais que eram levados à rua: as vestes e os ornamentos. Apesar de bandos e alvarás que proibiam o uso, por negras, de determinados tecidos, como a seda, o vestuário de tais mulheres contava com muitos desses elementos “proibidos”. A própria proibição carrega um caráter simbólico, já que buscava resguardar o teor diferencial das vestes. Em uma sociedade orientada pela ostentação, como era o caso da barroca, a visão era o sentido privilegiado e, num contexto de semi-analfabetismo, representava a via de apropriação da realidade social.⁹⁸ Utilizar determinadas vestimentas tinha, portanto, um evidente significado simbólico, do qual as negras forras procuravam se apropriar, ainda que não obtivessem o reconhecimento do mérito.

Mas não eram apenas as roupas da sociedade branca que vestiam as forras. Muitos dos panos e cores escolhidos se associavam a tradições da cultura africana, como a preferência pelo vermelho – símbolo de poder entre determinadas culturas. Mol toma a iniciativa de compreender as vestes também com relação à simbologia africana, mas, nesse ponto, a

⁹⁶ *Ibidem.* p. 15.

⁹⁷ *Ibidem.* p. 35.

⁹⁸ *Ibidem.*, p. 93-94.

bibliografia por ela consultada é muito restrita e geral (algumas vezes se referindo a tribos que não haviam sido trazidas para as minas), e a questão é pouco problematizada do ponto de vista dos contatos de trocas culturais, amplamente abordados pela antropologia.

Para a autora, as jóias eram objeto de ornamentação e devoção ao mesmo tempo,

guardavam em si um significado simbólico amplo que abarcava desde o material utilizado em sua confecção até as formas obtidas, adquirindo a jóia não apenas a função de um objeto de adorno, mas, também, de amuleto, investido de propriedades místicas, com poderes para proteger quem as usava.⁹⁹

Rosários de contas africanos, que podiam ser confundidos com os cristãos, também são abordados pela autora a partir do significado simbólico das tribos africanas e da ligação de determinadas contas, como o coral e o âmbar, a determinados orixás (Oxum), bem como das figuras de animais, da figa, etc. Tais jóias de coral eram largamente utilizadas na África e tinham função de adorno e de amuleto, além de serem ligadas à realeza africana. “Um colar de corais podia ser, ao mesmo tempo, um adorno e uma ‘homenagem’ a Oxum; podia ser demonstração de prestígio, assim como se fazia há muito tempo no antigo Benin, podia ser um amuleto contra o mau olhado”.¹⁰⁰

Uma interessante percepção da circularidade cultural, que não fez parte desse estudo, se faria possível por meio da comparação entre os ornamentos das mulheres brancas e negras. As forras procuravam se apropriar do simbolismo do “vestuário branco”, para se distinguirem socialmente. Acaso as mulheres brancas não usariam adornos africanos, buscando uma forma de apropriação dos poderes sobrenaturais a eles ligados? É uma questão que facilmente se comprovaria (ou não) pela documentação.

Ainda que esteja mais próximo da interpretação antropológica, o texto de Mol permanece no terreno da limitação documental do passado distante. A autora ousa perseguir os significados, mas sempre se utilizando de expressões que deixam claro o caráter especulativo de suas observações. Claro que hoje não há como ignorar o argumento de que toda a ciência é especulativa, mas perceberemos, através de um último exemplo, que um recorte temporal mais recente diminui a incerteza das especulações.

Escolhemos, para tal fim, um breve artigo de Mônica Pimenta Velloso, que se aproxima muito da abordagem antropológica. Partindo das noções de espaço e territorialidade da antropologia e da sociologia do cotidiano, Velloso compreende que um território ocupado

⁹⁹ *Ibidem*, p. 132.

¹⁰⁰ *Ibidem*, p. 150-151.

por grupos específicos é um elemento de identificação. Trabalhando com a cultura dos negros baianos no Rio de Janeiro do início do século XX, contexto das reformas urbanas de Pereira Passos, a autora busca compreender o que diferenciava as regiões de concentração de migrantes, em termos da constituição de um *pedaço*, conceito que já definimos no primeiro capítulo:

Dentro desse contexto é que vai vivificar a idéia de pertencimento ao *pedaço*, onde é clara para o grupo marginalizado a noção de ‘nós’ e ‘eles’. O fato de pertencer a um espaço não traduz vínculos de propriedade (fundiária) mas sim uma rede de relações. Esta rede é de tal forma interiorizada que acaba fazendo parte da própria identidade do indivíduo.¹⁰¹

Mesmo com a expulsão desses grupos das zonas portuárias e suas imediações, nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, a identidade cultural permanece. O espaço é simbolicamente transportado junto com os grupos. Analisando a sociabilidade e o cotidiano dos negros baianos, a autora enfatiza aspectos como o domínio feminino no lar. A figura materna teria ganhado um caráter distinto no contexto da escravidão, no qual a ligação entre mãe e filho era mantida, ao passo que a ligação paterna se fazia tênue, devido ao alto nível de concubinato, filhos bastardos, etc. “Nesse contexto, cabiam sempre à mulher as maiores responsabilidades e encargos. Geralmente, era ela que assegurava a teia de relações do casal, cujo rompimento põe em risco a própria sobrevivência do homem.”¹⁰² São valores familiares distintos dos burgueses, onde a mulher provia o sustento e orientava as decisões mais importantes, e o homem assegurava apenas uma presença confortável.

Através das diversas associações cotidianas, a família se estendia e, como consequência, a própria noção de parentesco se diluía. “Tias” não eram necessariamente irmãs dos progenitores. Ou seja, o significado e o valor sentimental do parentesco deixam de ser baseados em laços de consaguinidade. E a “grande família”, a mais importante associação, reúne todos que partilham da mesma identidade étnica, através do *candomblé*.¹⁰³

A moradia, distinta do espaço privado da sociedade burguesa, surge para os baianos como local de reunião e convívio, uma parte orgânica do *pedaço* maior. “A casa das tias aparece como espaço de reunião num tempo e numa cidade onde não havia lugar para os ‘da raça’. Só através da ‘festa familiar’ é que se cria esse espaço, onde é possível comer, sambar,

¹⁰¹ VELLOSO, Mônica Pimenta. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 06, 1990. p. 208.

¹⁰² *Ibidem*, p. 211.

¹⁰³ *Ibidem*, p. 213-214.

se divertir, casar ou amigar.”¹⁰⁴ Além disso, o espaço pouco dividido das casas populares facilitava a intercomunicação, não era o espaço do privado “entre quatro paredes”.

Ao abordar a ligação íntima entre a importância do papel feminino na sociabilidade da “pequena África” e a tradição do trabalho, a autora recupera a tradição historiográfica na qual se inclui Luciano Figueiredo, ou seja, aquela que recuperou sujeitos ignorados pela historiografia tradicional. Mas Velloso vai mais adiante, e, ao analisar os códigos de valores que as tias baianas imprimiam ao espaço urbano, percebe que, da mesma forma que a casa não era o espaço da reclusão, mas também uma extensão da rua, a rua também não era o espaço da circulação – como queria a modernidade européia – mas uma extensão da casa. Nos largos e esquinas as baianas paravam. E lá se comia e dormia.

A conquista do espaço urbano passa necessariamente pela luta. Reterritorializando os valores através dos pontos, cordões, capoeira, rodas de samba e centros. [...] O espaço não é regulado apenas pelas leis e regras institucionais, mas pela própria dinâmica das necessidades, daí a rua virar ‘ponto’ e a casa virar ‘centro’. Assim, desfazia-se a rígida segmentação entre o domínio público e privado.¹⁰⁵

Essa análise tão bem orientada testemunha a importância de um diálogo direto com a antropologia, sobretudo com a antropologia urbana. A autora se baseia em textos da “nova” historiografia brasileira, mas também leva em consideração autores como Roberto da Matta, Michel Maffesoli, Pierre Verger e Gilberto Velho. Esperamos ter deixado clara a diferença qualitativa presente neste texto, do ponto de vista de uma interpretação antropológica. Acreditamos que, mesmo existindo uma limitação documental nos estudos que recortam seu objeto no passado mais distante, o diálogo direto com a antropologia e, em especial, com a antropologia urbana, acrescenta elementos teóricos que munem o historiador de um repertório sólido e bastante propício à abordagem do espaço urbano não apenas como lugar, mas como sociabilidade característica de certos atores e determinadas práticas.

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 214.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 225.

4. CONCLUSÃO

A ciência será sempre um artefato inacabado. Eis uma postura metodológica que está na ordem do dia. Assumindo tal postura, acreditamos que o presente texto abra mais questões do que esclareça, e esta é justamente a intenção que norteou nosso trabalho. Diante de um tema tão espinhoso – e, ao mesmo tempo, tão instigante –, qualquer tentativa de abordagem soaria incompleta. Talvez esta, que acaba de ser concluída, pudesse abranger um leque mais amplo de questões, ou, pela via oposta, um leque mais restrito e detalhado. No entanto, além de inacabada, a ciência é um artefato que depende das qualidades (e defeitos) dos artífices. A mesma questão poderia ser abordada de diversas maneiras, dependendo do arcabouço teórico que guiasse o seu autor, e, neste caso, acreditamos ter deixado clara a nossa perspectiva. Se ela acrescenta ou não alguma coisa ao debate incessante que caracteriza a produção acadêmica, não cabe a nós dizer.

O que procuramos fazer neste texto, e acreditamos ter conseguido, foi apontar para o caráter fundamental da relação existente entre as disciplinas Antropologia e História no estudo do espaço urbano, caráter que se manifesta na consideração dos atores em suas práticas sociais e cotidianas. Como demonstramos, não há dúvida de que a orientação antropológica se fez presente na historiografia, embora o tenha feito mais por um processo de filtragem do conhecimento pela historiografia estrangeira do que pelo contato direto com a literatura que deu origem à retórica que domina o campo atual de pesquisa.

Sugerimos que um verdadeiro diálogo entre a História e a Antropologia – e isso implica contato direto com as obras de antropólogos, bem como a apropriação consensual de seus conceitos – enriqueceria o ofício do historiador, fato comprovado pelo estudo de Mônica Velloso. Claro que já existe um número relevante de textos que trabalham nesse sentido, mas, ao mesmo tempo, persiste o uso indiscriminado da perspectiva antropológica sem o devido cuidado. Não acreditamos que isso seja um “defeito”. Pelo contrário, os resultados obtidos pela historiografia apontam para uma mudança qualitativa. Mas é, sem dúvida, uma limitação. Através de nossa exposição, esperamos ter aberto algumas vias para que a historiografia possa crescer ainda mais, sobretudo a vertente dos estudos urbanos.

Na tentativa de delinear um novo “campo” que se insinua na historiografia mais geral, distinguimos os estudos históricos que encaram o urbano como um “processo”, daqueles que o encaram como uma categoria da prática social. Ainda que grande parte dos estudos que se dedicam aos temas relacionados a essa perspectiva sequer utilizem o termo “urbano”,

orientados pelas questões que aqui foram levantadas, nossos olhos discernem claramente uma afinidade ou convergência teórica que nos permite reunir tais estudos sob uma única designação. Propusemos o termo “historiografia do espaço urbano”, mas ele se encontra igualmente em aberto. O que nos parece evidente é apenas a necessidade de se organizar um campo específico para o estudo das práticas e dos atores que se fazem presentes no espaço urbano, porque ele carrega uma especificidade que o torna singular e o contrapõe claramente ao campo da dita “História Urbana”.

Mas o trabalho de organização não pode ser feito por uma única pessoa, numa monografia de bacharelado. Por isso deixamos em aberto a questão, para que mais pessoas reflitam sobre o tema e, com maior competência, contribuam para o desenvolvimento de um campo germinal, que só necessita de um pouco de cultivo e atenção para crescer de forma saudável, com o perdão da metáfora.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Emanuel. A colônia pecadora. In: _____. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2008.

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru, SP: Edusc, 1999.

BAIROCH, Paul. Cidade/Campo. *Enciclopédia Einaudi*. v. 08: Região. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Antropologia Social. In: MARCELINO, Nelson C. (org.). *Introdução às ciências sociais*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

BRESCIANNI, Maria Stella. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

BURKE, Peter. História Cultural: passado, presente e futuro. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

_____. História urbana e antropologia urbana na Europa moderna. In: _____. *O mundo como teatro: estudos de antropologia histórica*. Lisboa: Difel, 1992.

CARPINTÉRO, M.V.T. & CERASOLI, J.F. A cidade como história. *História: questões e debates*. Curitiba, PR. n.50. jan. - jun. 2009. Disponível em:
<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/historia/article/view/15672/10413> Último acesso em 06 de junho de 2010.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. Andando na cidade. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro: IPHAN, n. 23, 1994. Dossiê Cidade.

DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma Introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000.

DONNE, Marcella Delle. *Teorias sobre a cidade*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins Fontes, 1979.

DOSSE, François. Michel de Certeau e a História: entre o dizer e o fazer. *História e Ciências Sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

DURHAM, Eunice. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. In: CARDOSO, Ruth (org.) *A aventura antropológica. Teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1999.

GOLDMAN, Márcio. Antropologia contemporânea, sociedades complexas e outras questões. In: _____. *Alguma Antropologia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política, 1999.

LAMY, Brigitte. Sociología urbana o sociología de lo urbano. In: *Estudios demográficos y urbanos*. México, v. 21, n. 1. jan. - abr. 2006. Disponível em: http://revistas.colmex.mx/revistas/11/art_11_927_6419.pdf Último acesso em 06 de junho de 2010.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 1993.

LARA, Silvia Hunold. História Cultural e História Social. *Diálogos*. Maringá, PR. v.01, n.01. 1997. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=336&path\[\]=pdf_309](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=336&path[]=pdf_309) Último acesso em 06 de junho de 2010.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *História e Memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1990.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Edusp, 2001.

LEWCOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992. Tese de Doutorado em História.

LOPES, José Sérgio Leite. História e Antropologia. In: *Revista do Departamento de História*. Belo Horizonte, v. 11, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. In: *Tempo Social*. São Paulo, v.15, n.01. abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a05.pdf> Último acesso em 06 de junho de 2010.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 17, n. 49. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf> Último acesso em 06 de junho de 2010.

_____. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: _____. *Na metrópole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: Edusp, 1996.

MALERBA, Jurandir. Estrutura, estruturalismo e história estrutural. *Diálogos*. Maringá, PR. v. 12, n. 1. 2008. Disponível em: [http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=26&path\[\]=pdf_15](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=26&path[]=pdf_15) Último acesso em 06 de junho de 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e cidade. In: _____. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: Edusc, 2002.

MELATTI, Júlio César. *A Antropologia no Brasil: um roteiro*. Brasília: DAN/UnB. Série Antropologia, n. 38, 1983. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie38empdf.pdf> Último acesso em 06 de junho de 2010.

MOL, Cláudia Cristina. *Mulheres forras: cotidiano e cultura-material em Vila Rica (1750-1800)*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. Dissertação de mestrado em História.

MOTA, Carlos Guilherme. Da cidade ibero-americana: temas, problemas e historiografia. *Aedificandi: Revista de Arquitetura e Construção*. São Paulo, v.1, n. 1, jun. 2006. Disponível em:

http://www.aedificandi.com.br/aedificandi/Número%201/1_especial_da_cidade_iberoamericana.pdf Último acesso em 06 de junho de 2010.

OLIVEIRA, Luis Roberto Cardoso de. *O ofício do antropólogo ou como desvendar evidências simbólicas*. Brasília: DAN/UnB. Série Antropologia, v. 413, 2007. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/Serie413empdf.pdf> Último acesso em 06 de junho de 2010.

ORTIZ, Renato. Introdução. In: _____. (org.) *Pierre Bourdieu: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio. *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 15, n. 29, 1995.

_____. Era uma vez um beco: origens de um mau lugar. In: BRESCIANNI, Maria Stella. (org.) *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

_____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2008/1147> Último acesso em 06 de junho de 2010.

PRIORE, Mary del. História das mulheres. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. Sobre o conceito de função em ciências sociais. In: _____. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. Porto Alegre, n.11. jul. 1999.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: CARDOSO, Ciro & VAINFAS, Ronaldo (org.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: _____. (org.) *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 1998.

ROCHA, Elaine. A captura de novos sentidos na história: gênero e etnia. *Diálogos*. Maringá, PR. v. 4, n. 1, 2000. Disponível em:
[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path\[\]=283&path\[\]=pdf_260](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path[]=283&path[]=pdf_260) Último acesso em 06 de junho de 2010.

RONCAYOLO, Marcel. Cidade. *Enciclopédia Einaudi*. v. 08: Região. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

SAHLINS, Marshall. História e teoria estrutural. In: _____. *Metáforas históricas e realidades míticas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2008.

_____. O retorno do evento outra vez. In: _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2004.

SILVA, Luís Otávio. História Urbana: A constituição de uma área de conhecimento. In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. n. 6-7, mai. - nov. 2002.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Folclore, Antropologia e História Social. In: _____. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2001.

VELHO, Gilberto. *A Utopia Urbana: um estudo de Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1982.

_____. Entrevista concedida a Celso Castro, Lúcia Lippi de Oliveira e Marieta de Moraes Ferreira, em 3 de julho de 2001, publicada na revista *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 02, n. 28. jul. - dez. 2001. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2140/1279> Último acesso em 06 de junho de 2010.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: _____. *Individualismo e Cultura: notas para uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1987.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 03, n. 06, 1990. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2303/1442> Último acesso em 06 de junho de 2010.

VILLALTA, Luiz Carlos. O cenário urbano em Minas Gerais Setecentista: outeiros do sagrado e do profano. In: *Termo de Mariana: História e Documentação*. Mariana, MG: Imprensa Universitária da UFOP, 1998.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio. *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1973.